



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 633 - DE 4 A 18 DE ABRIL DE 2021 - R\$ 4,00

PANDEMIA

Brasil supera a marca dos 300 mil mortos

Crise política abala o governo de Bolsonaro

Recuperar as forças do movimento operário e popular

Que as centrais e sindicatos rompam a passividade!

Que organizem a luta por um programa de emergência próprio dos explorados!

Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis!



Sob a bandeira dos 150 anos da Comuna de Paris, lutemos para superar a crise de direção revolucionária

Recuperar as forças do movimento operário e popular

Está claro que a pandemia vai se prolongar durante este ano. O fato de ter resistido por doze meses, sem que os governantes tomassem medidas efetivas para controlá-la, indica que provocará ainda muitas mortes, e continuará sendo um fator de grande peso na crise econômica. Por mais que o grande capital – banqueiros, investidores, industriais e comerciantes – pressione para que Bolsonaro e governadores cheguem a um acordo sobre medidas de contenção da pandemia, não há como superar as divisões. Além disso, é muito tarde, uma vez que a contaminação se alastrou por todo o país, penetrou profundamente na população, e segue seu curso, com mutações e se tornando mais letal. Rapidamente, poderá ultrapassar 400 mil mortos.

As medidas parciais e locais de isolamento social apenas diminuem um pouco a velocidade da contaminação, mas não a derrubam sensivelmente. O prolongamento temporal da pandemia empurra, mês a mês, a economia para trás, e agrava as condições estruturais de pobreza e miséria das massas trabalhadoras. A vacinação se vem realizando, mas sua lentidão não alcança a velocidade da contaminação, do esgotamento do sistema de saúde e das mortes. Chegou-se ao ponto extremo de faltar, nos hospitais, remédios e oxigênio para o funcionamento das UTIs.

O Brasil acabou por ocupar o epicentro da crise sanitária, antes ostentado pelos Estados Unidos. Sua condição de país de economia capitalista atrasado, e de manter grande parte da população sobrevivendo na pobreza e miséria, dão a dimensão da falência histórica da burguesia. Seus governantes se mostram incapazes de utilizar todos os recursos, para conter o vírus e proteger a maioria oprimida. Essa incapacidade se deve à subserviência dos governantes aos monopólios e aos credores da dívida pública.

O programa de emergência, acordado entre governo federal e Congresso Nacional, atendeu aos interesses do grande capital e, em bem menor escala, dos pequenos e médios capitalistas. Não cobriu as necessidades básicas da população pobre e miserável; não evitou a onda de demissões, e a elevação do desemprego a um patamar jamais visto.

O rebaixamento do auxílio emergencial, de R\$ 600,00, para R\$ 300,00, e sua extinção, em dezembro de 2020, expuseram um planejamento em completo desacordo com o avanço da pandemia. A elevação da contaminação e mortes, já no mês de janeiro, ocorreu nas condições em que não havia mais o auxílio emergencial, e os capitalistas continuavam destruindo postos de trabalho. A retomada das negociações de Bolsonaro com o Congresso Nacional concluiu no auxílio emergencial de R\$ 150,00, R\$ 250,00 ou 375,00, a depender da composição familiar. Será pago em 4 parcelas,

a partir de abril. Apesar do auxílio ser tão diminuto, a ele terão direito apenas 45,6 milhões, portanto, 22,6 milhões a menos do contingente que recebeu os R\$ 600,00, na primeira metade do ano passado.

Bolsonaro declarou que sentia muito pelo valor tão baixo, mas que era o que o Tesouro Nacional comportava. Essa avaliação foi assumida pelo Congresso Nacional e pelos governadores, que estão na oposição. Entre protege as massas pobres e os credores da dívida pública, Bolsonaro optou pela fome das massas e pelo pagamento dos gigantes juros aos banqueiros. Nessa decisão, está refletida a falência histórica da burguesia e, consequentemente, de seu Estado.

Caiu a máscara da oposição parlamentar reformista e da burocracia sindical, que foram aos explorados dizer que o auxílio emergencial de R\$ 600,00 tinha sido uma vitória contra Bolsonaro. Agora, os colaboracionistas esbravejaram que era muito pouco, mas nada fizeram para organizar um movimento por um auxílio emergencial que correspondesse, pelo menos, aos cálculos do próprio Dieese. Nada tinham a fazer contra o conluio do Congresso Nacional com Bolsonaro, porque organizar a mobilização das massas entraria em choque com a política burguesa do isolamento social. Só restou às direções dos sindicatos e centrais se utilizarem da disposição de parte das multinacionais de “contribuir” com a realização do lockdown do dia 24 de março.

A palavra de ordem das direções sindicais é a de ficar em casa, não realizar manifestações de rua, e não convocar assembleias. Não importa, portanto, se o auxílio emergencial é uma migalha, se o desemprego continua crescendo, e se a fome se alastra. Para os burocratas, o que a classe operária e demais explorados têm de fazer é contribuir com os governantes e os setores da burguesia, que se encarregaram de decretar os isolamentos aqui e ali, evitando greves, manifestações e protestos.

A política de colaboração de classes, nas condições da pandemia e da crise econômica, é uma das maiores traições aos explorados de toda a história social do país.

Os trabalhadores estão esgotados pela prolongada pandemia, pelas demissões, e pelo agigantamento do desemprego. Essa condição objetiva não pode obscurecer a tarefa de trabalhar pela recuperação das forças do movimento operário e popular. O que implica o combate implacável da vanguarda revolucionária à política de conciliação de classes da burocracia e dos reformistas. Continua vigente a defesa de um programa emergencial próprio dos explorados e a organização de uma frente única, baseada na democracia operária e nos métodos da ação direta.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

300 mil mortos!

*A burguesia e seus governantes se mostram incapazes de conter o avanço da pandemia
É preciso que os sindicatos e centrais rompam imediatamente
com a política de conciliação de classes*

25 de março de 2021

O flagelo nacional recai quase que inteiramente sobre a maioria oprimida. A classe operária e demais explorados pagam caro pelo capitalismo em desintegração. Capitalismo da fase imperialista, do domínio dos monopólios, e do parasitismo do capital financeiro. As 300 mil mortes são de responsabilidade da burguesia, de seu Estado e de seus governantes.

Não podemos permitir que as divergências e os atritos entre os governantes ocultem o rosto do grande capital, dos banqueiros, dos capitães da indústria, dos latifundiários, dos chefes do agronegócio e dos poderosos comerciantes. Não podemos deixar que se dilua, em nuvens de fumaça, o rosto frio e calculista do imperialismo, dos Estados Unidos, das potências europeias e do Japão. Enfim, não podemos deixar que o governo, as autoridades científicas, e seus capatazes da imprensa, enganem a maioria oprimida, com a propaganda de que a pandemia não tem rosto de classe, que atinge a todos indistintamente, como se não houvesse diferença entre a maioria pobre e miserável, e a minoria rica e luxuosa. Não, absolutamente não! O fenômeno natural da pandemia se manifesta, atinge as massas e se alastra mundialmente nas condições históricas e sociais do capitalismo em desintegração.

A devastadora consequência econômica e humana obrigou as instituições e governos mundiais a darem uma resposta comum. O único meio disponível, inicialmente, foi a aplicação do distanciamento social, acompanhado de medidas de prevenção. Coube à Organização Mundial da Saúde (OMS) expedir e centralizar essa diretriz mundial. Logo surgiram divergências em torno à amplitude, ao alcance, à durabilidade, e às repercussões econômicas. As experiências com o isolamento social – o lockdown é a sua forma mais radical –, em realidades com distintas particularidades, se mostraram limitadas e incapazes de estancar a disseminação do Covid-19 entre as massas. Os sistemas de saúde – também muito diferenciados de país a país – se revelaram estreitos, diante do caudal da contaminação. Os organismos mais frágeis e debilitados da população – igualmente diferenciados de país a país – foram perecendo, em grande quantidade e velocidade.

A burguesia, seus governantes e seus cientistas sabiam perfeitamente que os pobres e famintos mundiais seriam as maiores vítimas da pandemia. Sabiam que seus sistemas de saúde, condicionados pelos interesses privados, não suportariam o tsunami de doentes. Não falta muito para chegar aos 3 milhões de mortos. No Brasil, ontem, dia 24 de março, pouco dias depois da pandemia completar um ano, estampou o bárbaro número de 300 mil mortos. O isolamento social pôde interferir, em alguns momentos, na marcha da pandemia, mas apenas como um recurso para os governantes administrarem minimamente a voracidade da contaminação, e a falência do sistema público de saúde.

A concepção do isolamento social era simples, no entanto, a sua aplicação era complexa. Diminuir ao máximo o contato coletivo, reduziria a probabilidade da transmissão do vírus. Qualquer



(...) não podemos deixar que o governo, as autoridades científicas, e seus capatazes da imprensa, enganem a maioria oprimida, com a propaganda de que a pandemia não tem rosto de classe, que atinge a todos indistintamente, como se não houvesse diferença entre a maioria pobre e miserável, e a minoria rica e luxuosa.

pessoa entenderia esse princípio. Ao colocar em prática, o isolamento atingiu os negócios e interesses dos capitalistas. Os mais poderosos podiam suportar, por mais tempo, a queda geral da economia. Os mais fracos se viram diante do precipício da falência. Inevitavelmente, tais condições abririam sérios conflitos de interesses particulares, que não poderiam se sujeitar às necessidades coletivas da população. O choque desses interesses privados, como não poderia deixar de ser, se refletiu no poder do Estado, entre os governantes e as instituições burguesas da chamada “sociedade civil”. Cabia ao Estado dirigir o isolamento social, o que implicava garantir os interesses gerais da burguesia, e, em particular, do grande, médio e pequeno capitalista. O problema não parava aí. Cabia também equacionar o agravamento da crise social. Essas contradições se mostravam insolúveis, independentemente de qualquer diretriz política e caminho científico, que respondessem ao aprofundamento da crise econômica e social.

No Brasil, o governo federal se viu extremamente limitado, uma vez que procurava andar com as contrarreformas, que ajudariam a aliviar, momentaneamente, o peso da dívida pública, e as pressões do grande capital, para garantir a continuidade da lucratividade e do parasitismo financeiro, nas condições de avanço da desintegração econômica, que persistia desde a quebra de 2015-2016. É sobre essa base que se ergueu o “negacionismo” de Bolsonaro. A sua resistência política foi de grande importância, para restringir a ação dos governadores, que abraçaram a tese do isolamento social. A contraposição do governo federal ao governador de São Paulo e seus aliados contou com o apoio de milhões

de pequenos e médios capitalistas, e de negociantes de classe média. Mesmo setores do capital nacional, com maior capacidade de suportar as consequências do isolamento social, estiveram e estão do lado de Bolsonaro. No início de maio de 2020, promoveram uma manifestação, encabeçada pelo presidente da República, no STF, para pressionar os seus ministros e governadores a não irem longe com o isolamento social. Não se pode desconhecer que houve uma divisão no interior da própria burguesia sobre a magnitude e a eficácia do isolamento social. Os ânimos políticos pareciam se arrefecer, no momento em que Doria decidiu “flexibilizar” o isolamento social, sob o argumento de que a pandemia tendia a perder força, isso quando em junho ainda estava em alta. O seu descenso a partir dos meses setembro e outubro criou a ilusão de que se poderia continuar com a flexibilização.

O Brasil está entre os países semicoloniais que alcançaram um desenvolvimento econômico que, em princípio, o capacitam a comprar o número necessário de vacinas. No entanto, tem de concorrer no mercado controlado, e estabelecer relações com os países fornecedores, de maneira a aumentar a sua dependência.

Em janeiro deste ano, uma nova onda se ergueu, impulsionada por mutações do vírus, atingindo níveis de contaminação e mortes muito superiores aos de julho do ano passado. Não tendo outro recurso, uma vez que a vacinação apenas se iniciava e era lenta, a frente de governadores e prefeitos, sob a direção do estado de São Paulo, teve de recorrer ao distanciamento. Os conflitos interburgueses se elevaram. Dessa vez, acrescidos do problema da vacina. Bolsonaro se viu obrigado a demitir o general Eduardo Pazuello do ministério da Saúde, e trazer para seu lugar um médico francamente bolsonarista. Acuado pelas críticas, não só da oposição, mas também das vozes de sua hoste política, Bolsonaro reuniu os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, e governadores aliados, para fazer frente ao governador de São Paulo. Pretendeu, também, disciplinar o STF, que, via de regra, vem dando causa aos governadores opositores. Essa manobra objetiva estancar as tendências centrífugas, que se potenciaram no interior do Estado e da política burguesa, com a pandemia. É bem provável que irá fracassar, já que dificilmente obterá um alinhamento dos governadores, sob a batuta dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. O novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, tem a missão de dar um salto à frente no plano nacional de imunização. Sem que a vacina chegue à maioria da população, a pandemia continuará deixando um rastro de mortes, de norte a sul do país. Banqueiros e grandes industriais deram um ultimato a Bolsonaro, para que destrave o processo de imunização, não só adquirindo as vacinas, como também auxiliando grupos econômicos, interessados em explorar o rico mercado da saúde. Até mesmo a agroindústria se propôs a converter suas plantas em produtoras de vacinas.

O capítulo da imunização é distinto do capítulo do isolamento social. O alinhamento de setores da burguesia com Bolsonaro, para limitar a capacidade dos governadores e prefeitos de aplicarem o distanciamento social, não poderia se manter, no caso da resistência de Bolsonaro de unir as forças políticas em torno à ampla e rápida imunização. Diferentemente do caso do distanciamento social, as dificuldades do presidente da República de impulsionar a vacinação dizem mais respeito ao fator ideológico do que econômico, se bem que a compra de vacinas é dispendiosa. Os banquei-

ros deram ordem para que Bolsonaro colocasse de lado os dogmas religiosos, e mergulhasse na onda mundial da vacinação. Hasteou-se a bandeira de que, sem a massiva imunização, não será possível reduzir o impacto da pandemia na vida social e na economia. Isso depois de o presidente e bolsonaristas, encastelados nas instituições, principalmente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), terem combatido abertamente o acordo entre a China e o estado São Paulo, a Sinovac e o Butantan, para produzir a vacina Coronavac no Brasil. O que retardou o início da vacinação. O acordo do governo federal com a Inglaterra, envolvendo a Oxford-AstraZeneca e a Fiocruz, somente agora começou a caminhar.

Os obstáculos à vacinação em massa, na realidade, não se limitam ao obscurantismo de Bolsonaro. É preciso apontar o dedo para os grandes responsáveis. Os explorados assistem atônitos ao desencadeamento da guerra comercial entre as potências. Os Estados Unidos e a Inglaterra lideram o movimento monopolista dos laboratórios e da indústria químico-farmacêutica de seus países, contra projeção da China e, por decorrência da Rússia. Uma vez descoberta a fórmula da vacina, a sua produção é o menor dos

problemas. Quase ao mesmo tempo, foram anunciadas e testadas várias vacinas. Ao invés desse progresso dar lugar a uma corrida dos governos para implementar a vacinação em grande escala, o que exigiria conversões industriais e expansão das plantas já existentes, os monopólios estabeleceram um ritmo muito aquém das necessidades e das possibilidades. As potências se apossaram da maior parte da produção, e vagarosamente vão permitindo o acesso aos países semicoloniais. Uma significativa parcela desses países sequer pode comprar a valiosa e milagrosa mercadoria.

O Brasil está entre os países semicoloniais que alcançaram um desenvolvimento econômico que, em princípio, o capacitam a comprar o número necessário de vacinas. No entanto, tem de concorrer no mercado controlado, e estabelecer relações com os países fornecedores, de maneira a aumentar a sua dependência. Chegou-se ao ponto de vozes pedirem ao presidente dos Estados Unidos, Biden, como foi o caso de Lula, para que influencie o G20, no sentido de que viabilize a chegada das vacinas aos mais necessitados. O servilismo das burguesias nacionais ao imperialismo e os alinhamentos provocados pela guerra comercial devem ser colocados na balança da hecatombe mundial, e de suas manifestações em cada país. No caso do Brasil, a subordinação de Bolsonaro aos Estados Unidos, por meio do alinhamento à política do governo de Trump, foi o ponto de partida de nosso desastre nacional. E, no momento, a subordinação permanece, sob o governo Biden. Não havia outra opção para o governo de São Paulo, a não ser se sujeitar à China, que se tornou o maior importador de commodities do Brasil. Nota-se que o País não teve como escapar à furiosa guerra comercial em torno às vacinas. A depreciação de Bolsonaro à Coronavac foi tão baixa, que obrigou os capitães da agroindústria a pedirem moderação.

Basta estabelecer o encadeamento desses elos para se obter a clareza necessária, quanto à responsabilidade geral da burguesia, e a particular dos governantes, diante das 300 mil mortes e das demais consequências sociais. Acima deles, o presidente da República e, acima de todos, a burguesia.

Resta ainda reconhecer e explicar a responsabilidade das direções, que controlam os sindicatos, as centrais e os movimentos. O

que exige apurar a responsabilidade dos partidos que organizam e orientam essas direções. Não é possível apurar com propriedade e precisão a responsabilidade da burguesia, do Estado e dos governantes, abstraindo as relações de classe. Não basta reconhecer que a classe operária e demais explorados são vítimas, tanto da pandemia, quanto da incapacidade da burguesia de proteger a maioria oprimida. O fator decisivo de uma catástrofe coletiva se encontra na atitude das vítimas.

As massas foram surpreendidas pela pandemia e pelas respostas iniciais dos governantes. Mergulharam em uma profunda passividade, à espera de que as explicações e as medidas adotadas fossem inteiramente corretas, e expressassem o máximo que os governantes poderiam fazer para conter a contaminação. Assistiram às trocas de acusações entre o governo federal e parte dos governadores. O temor da contração da doença e das mortes explica, em parte, a passividade. Os oprimidos passaram pela experiência do isolamento social, viram que era parcial, e que não rompia a força da transmissão. Vivenciaram os seus fracassos. Mesmo assim, permaneceram à espera de que as soluções ditas pelos governantes acabassem por vencer a pandemia. Mês a mês, durante um ano, a disseminação do vírus cresceu. Pouco adiantou a abertura dos hospitais emergenciais. A campanha pelo “fique em casa, se puder” caiu por terra. A agudização da crise sanitária nos estados – a que mais estremeceu foi a do Amazonas, Manaus, em que os doentes morriam até mesmo por falta de oxigênio – estremeceu os governos, e evidenciou a incapacidade da burguesia de usar todos os recursos materiais e científicos, para cercar de cuidados os pobres e miseráveis, denominados pela nomenclatura burguesa humanitária de “vulneráveis”. Mesmo diante do horror dos hospitais superlotados até os corredores, as mortes crescendo exponencialmente, e cadáveres sendo empilhados em contêineres, a passividade geral continuou imperando, apesar das manifestações nas ruas de Manaus. O país chegou, assim, ao número de 300 mil mortes, e tudo indica que, sem muita demora, chegará a 400 mil.

Não há pior catástrofe humana como aquela em que as vítimas não se levantem em sua própria defesa. As vítimas da pandemia pertencem às classes que compõem o capitalismo. Os ideólogos da burguesia se utilizam dessa constatação, para criarem a versão de que todas as pessoas, de todas as classes, são iguais perante a pandemia. E que, por isso mesmo, a melhor forma seria a união de todos para vencer esse inimigo que brotou da natureza (Trump tentou criar a versão de que poderia ser produto dos laboratórios chineses). Como a própria burguesia e seus governantes se dividiram, a versão ideológica foi e é a de que estava em confronto, acima das classes, a orientação anticientífica (negacionista) e a científica (afirmacionista). Não restaria, portanto, alternativa, senão se enfileirar por trás da política que encarnava a ciência e a defesa da vida. O que implicava, logicamente, derrotar a política “negacionista”. Ambas posições ocultaram que se tratava de variantes da política burguesa, que é de dominação de classe.

O resultado objetivo para as massas se encontra no flagelo dos hospitais, e nas 300 mil mortes. A passividade dos explorados se explica, não só pelo temor da contaminação, mas também pelo fato de terem assimilado e se submetido às variantes da política burguesa, sendo que o isolamento social tem sido uma delas. Diariamente, a imprensa repete ao cansaço as mesmas explicações e os mesmos argumentos, para convencer a população de que bastaria que o governo federal se dispusesse a unir o País, para que as me-

didat científicas pudessem ser postas em prática com toda a sua eficácia. Enquanto isso não ocorre, as massas, que são as vítimas, devem esperar que Bolsonaro e Doria resolvam as suas diferenças. Resultado: fracasso da política burguesa do isolamento social, atraso na vacinação, explosão da contaminação, e 300 mil mortos.

Evidentemente, o horror da pandemia, o domínio burguês dos meios materiais e a política vigente no momento da crise sanitária não explicam por si só a passividade das massas. É obrigatório identificar o lugar das direções sindicais e políticas vinculadas ao proletariado e aos demais trabalhadores. A contribuição fundamental das direções foi a de submeter as organizações operárias à política burguesa do isolamento social e às discórdias entre os governantes. Assumiram a bandeira “fique em casa”, como sendo a salvação dos explorados. E passaram a contribuir com o plano de emergência do Congresso Nacional, que aprovou a Medida Provisória de Bolsonaro/Guedes, a MP 936, que facultou aos empregadores suspenderem contratos, reduzirem jornada e salário. As portas dos sindicatos foram fechadas, e abolido o método da ação direta da classe operária. As demissões em massa passaram a ser uma contingência da pandemia e do isolamento social. O fechamento de inúmeras fábricas e de negócios do comércio e serviços não mereceram respostas, porque implicavam convocar assembleias presenciais, e organizar manifestações coletivas. A única exigência foi aquela que Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional estavam dispostos a realizar, que foi o auxílio emergencial de R\$ 600,00. Esse jogo montado entre o governo federal e o Congresso Nacional não dependeu absolutamente em nada da burocracia sindical, e dos partidos a ela vinculados. Apesar de ser essa a verdade, os burocratas e os partidos oposicionistas foram aos explorados dizer que foi uma vitória. O miserável valor inicial acabou sendo reduzido e, finalmente, extinto. Agora, com o furor da pandemia, os governantes negociaram a sua retomada, em piores condições. E os dirigentes sindicais, dessa vez, não puderam se contentar e apresentar como uma vitória.

O POR analisou e denunciou, passo a passo, o desarme da classe operária, promovido pela burocracia sindical. A consequência prática foi a de negar que o proletariado desse uma resposta própria, lutasse por um programa de emergência, reagisse ao fracasso do isolamento social, e saísse em defesa dos empregos, salários, saúde pública e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. A consequência política e organizativa foi a de manter os explorados submetidos às iniciativas da burguesia. A consequência ideológica foi a de impossibilitar que as massas em luta compreendessem que estavam sendo vítimas do capitalismo em desintegração, da burguesia nacional decrépita, e do imperialismo saqueador. A consequência estratégica foi a de impedir que a classe operária desse um passo na luta pela derrocada da burguesia e pela constituição de um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

É precisamente nas situações de crise mundial, como essa, que o capitalismo senil expõe suas leis históricas e econômicas, que indicam as premissas programáticas da revolução social, e do internacionalismo proletário. A tarefa de libertar as organizações e os movimentos das direções que propagam a política de conciliação de classes foi colocada de forma nua e crua. Essa tarefa depende do trabalho da vanguarda com consciência de classe, voltado a erguer o partido marxista-leninista-trotskista, e viabilizar a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Crise federativa

A destituição do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e, em seguida, dos três chefes das Forças Armadas, culminou com o avanço da dilaceração das relações federativas. A longa pandemia provocou uma divisão entre governadores e governo federal, que não se via, desde a crise de 1932, que se manifestou na forma da guerra civil; e a de 1964, que concluiu com o golpe militar.

Coincidentemente, a remoção da alta cúpula militar, em 30 de abril, por decisão de Bolsonaro, às vésperas de completar 57 anos da derrubada do governo nacionalista de João Goulart, lembrou os anos difíceis da década de 1960, e suscitou comparações. As diferenças são grandes, quanto às particularidades. Mas, as semelhanças são perceptíveis, quanto à forma geral da crise federativa.

A relação entre a centralização da União e a autonomia dos estados é um dos grandes problemas, que perpassam a história política do Brasil. A revolta constitucionalista de São Paulo, em 1932, à mudança de forças da burguesia no Estado, expôs as contradições federativas. Os choques entre as forças burguesas no poder do Estado em torno à posse de João Goulart, e o movimento militar para remover o seu governo, provocaram uma crise federativa, que poderia ter desencadeado uma nova guerra civil.

O triunfo do golpe permitiu a instalação do regime de ditadura militar, que impôs a rígida centralização, e sufocou o que havia de autonomia dos estados. Os governadores não mais puderam ser eleitos, e passaram à condição de interventores do governo militar. É bom observar que a reconstitucionalização do País começou pelo restabelecimento das eleições para governadores, em 1982, portanto, ainda sob o governo militar do general João Baptista Figueiredo.

As várias etapas do desenvolvimento político do Brasil afirmaram a necessidade da centralização ditatorial, reduzindo as possibilidades da centralização democrática. É o que demonstram as experiências com governos de ditadura civil e os de ditadura militar.

As várias etapas do desenvolvimento político do Brasil afirmaram a necessidade da centralização ditatorial, reduzindo as possibilidades da centralização democrática. É o que demonstram as experiências com governos de ditadura civil e os de ditadura militar. A centralização autoritária, assentada nas frações oligárquicas da burguesia nacional, não teve e não tem como eliminar a relativa autonomia dos estados. Para isso, é preciso que a burguesia aceite a supressão da democracia formal, e instale o regime de ditadura militar. Assim, suprimem-se as liberdades democráticas, e sufocam-se as manifestações da luta de classes.

O esgotamento do ciclo de centralização ditatorial, de 1964 a 1985, demonstrou que o funcionamento econômico do capitalismo, repleto de contradições e conflitos, não tem como prescindir da democracia constitucional. Ao mesmo tempo, não permite o seu pleno desenvolvimento, condicionado pelo atraso das forças

produtivas, desequilíbrios regionais, relações interburguesas oligárquicas, e travas impostas pelo imperialismo.

A “redemocratização”, cujo marco foi a transferência do poder presidencial a um civil, o oligarca José Sarney, por meio de um Colégio Eleitoral, criado pelo próprio regime que se extinguiu, restabeleceu o funcionamento federativo. O antigo problema da centralização autoritária tomou novas feições. Criou-se a ilusão de que o fim do ciclo militar e a aprovação de uma Constituição, supostamente nascida da vontade popular, dariam lugar a uma sólida democracia parlamentar. A destituição do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, por meio de um impeachment, foi um primeiro sinal de que a “Nova República” viveria sobressaltada por crises de governabilidade.

Collor fracassou no intento de impor uma centralização autoritária. Fernando Henrique Cardoso precisou fazer uma ampla aliança partidária, para atravessar a crise de seu primeiro mandato, e concluiu o segundo despedaçado. Lula seguiu o caminho da ampla aliança. Teve de enfrentar vários pedidos de impeachment. Dilma Rousseff teve seu segundo mandato interrompido, por um processo de impeachment. Seu sucessor, Michel Temer, ficou inteiramente nas mãos do Congresso Nacional, controlado pelos partidos oligárquicos, que promoveram o impeachment de Dilma. Agora, Bolsonaro, na metade do mandato, ostenta inúmeros pedidos de impeachment.

Esse instrumento antidemocrático – porque cassa o voto de quem elegeu o presidente, e depende de conspirações políticas –, utilizado fartamente, demonstra a contraditória relação entre o Legislativo, que deve refletir o funcionamento federativo, e o Executivo, que necessita da centralização autoritária. A tentativa inicial de Bolsonaro de estabelecer um governo militarista, capaz de governar por cima dos demais poderes da federação, se mostrou inviável. A continuidade da crise econômica e a não superação da crise política o obrigou a recorrer aos partidos que controlam o Congresso Nacional. Foi o sinal mais visível de que fracassou o objetivo dos bolsonaristas de governar na forma de um poder de características bonapartistas.

As posições do governo federal de tratar a pandemia como um problema menor e passageiro levaram a uma divisão com a maioria dos governadores, que adotaram as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O isolamento social, mesmo que parcial, resultaria na potenciação dos fatores da crise econômica, e na elevação da dívida pública. Os reflexos sociais se espelharam no fechamento de negócios, demissões em massa, rebaixamento dos salários e projeção da miséria. Bolsonaro acreditou ser possível contornar esse descabro, optando pela inevitabilidade da contaminação e das mortes, como se fossem apenas uma manifestação da natureza. Nisso consistiu o “negacionismo”, quanto à aplicação da política burguesa do isolamento social. A divisão entre o governo central e os governadores se ampliou ainda mais, com sua resistência a admitir que o governador João Doria fizesse um acordo com a China, para que o Butantan produzisse a vacina do laboratório Sinovac.

A rachadura na base da federação golpeou em tal magnitude a governabilidade, que Bolsonaro tentou impor a centralização,

recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF). Derrotado, expôs sua incapacidade de dirigir as respostas à pandemia, que tomou um vulto catastrófico, mesmo com a aplicação do isolamento social parcial em todo o País. A última tentativa de retomar a centralização foi, recentemente, quando Bolsonaro recorreu ao STF, para impedir que governadores de três estados decretassem o lockdown e o toque de recolher. Denunciou que os governadores estariam impondo um “estado de sítio”, e violando o direito das pessoas de ir e vir. O que era uma atribuição apenas do governo federal. A negativa do STF estourou a válvula da panela de pressão. O ministro da Advocacia-Geral da União, José Levi, se negou a assinar, sabendo que era uma causa perdida. O próprio presidente teve de mover a ação em seu nome. O ministro da Defesa e o Alto Comando das Forças Armadas ficaram de braços cruzados. Bolsonaro estava descontente com a passividade da alta cúpula militar, diante da decisão do ministro do STF Edson Fachin, de anular a condenação de Lula. A esperança do presidente de obter aval dos presidentes do Congresso Nacional para pressionar o STF se desfez. Sem ter mais o que fazer, a forma de retomar a iniciativa política foi a de trocar o ministro da Defesa. O que levou à destituição de todo o Alto Comando, uma vez que não era factível trocar apenas o general Edson Pujol.

Tornava-se bem transparente que a aliança entre governadores, em torno a Doria, e o alinhamento do STF à política do isolamento social, haviam criado uma espécie de governo paralelo informal. Sem capacidade centralizadora, Bolsonaro reagiu, trocando parte da cúpula militar de seu governo. Ao contrário de ser uma medida de força, evidenciou sua fraqueza político-administrativa.

A constituição de um Comitê Nacional de Combate à Pandemia mostra o quanto o presidente se acha acuado. Ao entregar a coordenação do enfrentamento à crise sanitária aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, no momento em que se atingiam 300 mil mortes, e o sistema público de saúde se achava à borda do precipício, Bolsonaro se mostrou rendido, diante da resistência dos governadores, liderados por São Paulo, o mais poderoso estado da federação.

Não bastou estruturar um governo sobre os pilares das Forças Armadas, para impor a centralização autoritária. Essa era apenas uma das condições, para a instalação de um governo bonapartista. Faltaram ainda uma unidade férrea da burguesia e a disposição dos demais poderes do Estado em perder o grau de autonomia, alcançado após o fim da ditadura militar. Essas condições poderiam ter sido preenchidas, caso as massas estivessem em luta e a política de conciliação de classes da burocracia sindical já não mais conseguisse encabrestar a classe operária.

As manifestações do grande capital contra o “negacionismo” de Bolsonaro e de altas figuras da política burguesa, exortando respeito à democracia, põem às claras que uma aventura golpista não seria apoiada. A volta de Lula precipita as movimentações em torno às eleições de 2022. Está se formando um cerco a Bolsonaro, de distintas hostes políticas, para que a falência do governo militarista não transborde em crise revolucionária. Procura-se conter as forças centrífugas da decomposta governabilidade, movimentando as forças centrípetas direcionadas às eleições. Assim, uma aventura golpista se torna mais distante. E a solução traumática oriunda de um impeachment fica apenas como uma opção, no caso de naufrágio de Bolsonaro.

Os eleitoralistas de esquerda, comandados pelo PT, poderão continuar com sua propaganda de impeachment, mas o que lhes interessa é potenciar a candidatura de Lula. As decisões do STF, nesse sentido, e a completa desativação da Operação Lava Jato, ocorrem em uma situação que não permite à classe média resistir nas ruas.

O PT, aliados no campo do reformismo, burocracia sindical e politiquieiros dos movimentos populares deram sua cota à burguesia e aos seus governantes, colaborando ativamente com a política burguesa do isolamento social. Comportaram-se como cúmplices dos capitalistas, que recorreram às demissões, redução dos salários e quebra de direitos. Fizeram parte das negociatas parlamentares, que concluíram com a aprovação do plano de emergência do governo Bolsonaro. A MP 936 fez parte das negociatas, bem o miserável auxílio emergencial.

A política de colaboração de classes tem sido fundamental para que Bolsonaro não despencasse de vez. Tem servido para o realinhamento e fortalecimento da oposição burguesa, que espera constituir uma candidatura de centro-direita para 2022. E tem servido para que Lula vista a casaca de um candidato remodelado e confiável, tanto aos explorados quanto aos exploradores. Há uma confluência das várias tendências oposicionistas em reviver as ilusões democráticas entre a maioria oprimida. É por meio das eleições que as forças burguesas esperam conter a crise federativa.

Nesse quadro, se coloca a defesa da independência de classe do proletariado e dos demais explorados. Essa tarefa está condicionada à luta pelas bandeiras dos explorados, pelos métodos da ação direta, pelo reerguimento da democracia proletária e pelo desenvolvimento da estratégia revolucionária. A libertação dos trabalhadores da política de conciliação de classes é a chave da luta por sua independência política diante das forças burguesas.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



Motivos do agravamento da crise política

Objetivos e tarefas do movimento operário e popular

30 de março de 2021

Nas últimas semanas, convergiram várias manifestações e acontecimentos, que indicam a aceleração e o aprofundamento da crise de governabilidade. Reascenderam os conflitos da ala de governadores, liderada por João Doria, com o presidente Jair Bolsonaro. A Carta Aberta de banqueiros, financistas e industriais, contra as diretrizes do governo federal, em relação à pandemia, por sua vez, indicou a mobilização do grande capital, em apoio às diretrizes de Doria. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara de Deputados, Arthur Lira, foram “aconselhados” a tomarem uma posição, já que chegaram ao mais alto cargo do Congresso Nacional com o apoio de Bolsonaro. O resultado foi a constituição do “Comitê Nacional de Combate à Pandemia”, que não contou com a presença de Doria e seus aliados. A bandeira de um “pacto nacional” foi erguida, sem que houvesse o arrefecimento dos choques de diretrizes. Precedeu a essa tentativa, a troca do ministro-general da Saúde, Eduardo Pazuello, pelo médico-empresário bolsonarista, Marcelo Queiroga.

A permanência da crise econômica, que se aprofundou, desde 2014, que havia dilacerado o governo o PT, e criou as condições para o golpe de Estado de 2016, dificultou a implantação do governo bonapartista, logo no início do mandato, e potencializou as tendências centrífugas da crise política. A eclosão da pandemia acabou por arrastar a caricatura do governo bonapartista para a borda do precipício.

Essas manifestações e acontecimentos se deram na situação em que Bolsonaro perdia no Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 23 de março, a ação de inconstitucionalidade dos lockdowns, decretados pelos governos do Distrito Federal, da Bahia e do Rio Grande do Sul. Os bolsonaristas já vinham reagindo, com manifestações e ameaças a Doria e a sua família. As ameaças se estenderam ao governador do Ceará, Camilo Santana, do Espírito Santo, Renato Casagrande, e outros. Nesse exato momento, no estado da Bahia, os bolsonaristas se valeram da morte de um policial, fulminado por outros policiais, que responderam aos tiros dados pelo referido policial, que se encontrava em estado psicótico. A deputada Bia Kicis (PSL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados, exortou um motim contra o governador Rui Costa (PT). O presidente do PTB, Roberto Jefferson, responsabilizou o governador da Bahia, dizendo que o policial morreu por “descumprir as ordens do petista Rui Costa”. Observa-se uma fúria da ultradireita, que expressa o desespero de setores da classe média, que vêm sendo atingidos pelas medidas de isolamento social.

A decisão do ministro Edson Fachin, de anular o processo que levou à prisão e à cassação dos direitos políticos de Lula, bem como a decisão da 2ª turma do STF de considerar o ex-juiz Sérgio Moro como parcial, ataçaram a ultradireita e, em particular contrariaram os interesses políticos de Bolsonaro. Essa movimentação ocorreu quando a pandemia elevava o número

de mortos, e recolocava o colapso do sistema de saúde. A derrota de Bolsonaro na ação movida contra o lockdown se somou à do início da crise sanitária, quando o presidente pretendia retirar o poder dos governadores e prefeitos, de decidirem sobre o isolamento social. De fato, criou-se no País uma espécie de governo paralelo informal, que resultou em uma das mais profundas crises federativas dos últimos tempos. Ao não poder centralizar e disciplinar autoritariamente os governadores, e não tendo, portanto, como alinhar o Congresso Nacional e o STF à orientação contrária às medidas do isolamento social, o governo, que pretendia originariamente instalar um regime bonapartista, se viu acuado e limitado em suas funções. Bolsonaro não teve êxito em utilizar os temores da classe média, para armar uma base social de sustentação de seu governo, que lhe desse condições para a centralização autoritária.

A estruturação de um governo – repleto de generais e de outras patentes no núcleo governamental e na máquina do Estado – foi concebida para instalar uma rígida centralização

das forças políticas, de sorte que todas as esferas governamentais, administrativas e judiciais fossem regidas por um só maestro. A permanência da crise econômica, que se aprofundou, desde 2014, que havia dilacerado o governo o PT, e criou as condições para o golpe de Estado de 2016, dificultou a implantação do governo bonapartista, logo no início do

mandato, e potencializou as tendências centrífugas da crise política. A eclosão da pandemia acabou por arrastar a caricatura do governo bonapartista para a borda do precipício.

Bolsonaro, volta e meia, ameaça com o “estado de sítio”, reclamando que não lhe permitem governar. Se fosse por sua vontade, já teria recorrido a uma aventura golpista. Mas, seus próprios generais e parte das forças políticas a que está ligado não lhe deram autorização. A pressão da crise sanitária e a incapacidade de submeter a diretriz dos governadores acuraram a tal ponto Bolsonaro, que acabou afetando a relação entre a presidência da República e o alto comando das Forças Armadas. A demissão do general Fernando Azevedo e Silva do ministério da Defesa concluiu com a entrega dos cargos dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Tudo indica que a crise interna ao governo transbordou no momento em que o ministro da Defesa se negou a destituir o comandante do Exército, Edson Pujol, por não ter acatado a ordem de Bolsonaro, de se pronunciar contra a anulação do processo de Lula, a exemplo do que fez o general Eduardo Villas Bôas, em 2018, diante do julgamento do habeas corpus ao ex-presidente petista. Certamente, esse motivo, se confirmado, não foi o único, para que o general Fernando Azevedo e Silva se indispusesse com Bolsonaro.

As tentativas de envolver as Forças Armadas, como instrumento de contenção do avanço da oposição dos governadores, na situação cada vez mais difícil de controlar a pandemia, foram

fracassando, uma após outra, e aumentando as críticas, de que não se poderiam confundir as Forças Armadas, como instituição de Estado, com o governo. Embora esse princípio constitucional não passe de uma formalidade, a denúncia, de que Bolsonaro procurava desviar suas funções, refletiu os limites do objetivo de se constituir um governo de caráter bonapartista.

Um acontecimento de muita importância foi a derrota de Donald Trump, para Joe Biden, nos Estados Unidos. Interrompeu-se o alinhamento de Bolsonaro com a política do republicano. Bolsonaro teria de realizar uma drástica mudança, e se colocar sob as asas do novo presidente democrata. As Forças Armadas brasileiras, por meio de seus generais, guardam uma dependência histórica com o imperialismo norte-americano. Bolsonaro, ao se definir por Trump, alterou a política da diplomacia brasileira, de permanecer o mais distante possível das disputas eleitorais, na maior potência. Bolsonaro demorou para destituir o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, tendo de se render, agora, perante um ultimato da própria base de apoio do governo no Congresso Nacional.

Bolsonaro tem sido obrigado a fazer constantes mudanças nas pastas ministeriais. Destacam-se a crise gerada pela renúncia do ex-juiz, ex-chefe da Lava Jato, Sérgio Moro, do ministério da Justiça, e a destituição do ministro Saúde, Luiz Henrique Mandetta. No primeiro caso, ocorreu uma divisão nas fileiras dos bolsonaristas; e, no segundo, não enfraqueceu a oposição dos governadores, como pretendia o presidente. Resta em pé, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, mas sensivelmente debilitado. Bolsonaro não tem como se insurgir contra as pressões de Biden em torno à Amazônia. A queda de José Levi, da Advocacia Geral da União, também é sintomática, uma vez que se opôs a assinar a ação do governo contra o lockdown em três estados.

É visível o enfraquecimento progressivo de Bolsonaro, acelerado pela divisão interburguesa, em torno ao isolamento social e ao plano nacional de vacinação. As inúmeras proposições de impeachment o obrigaram a recorrer aos partidos do “Centrão”, para estancar a hemorragia, que extravasa pelos poros de sua fracassada política. A confiança de Bolsonaro, de que está seguro no poder, se deve ao esteio das Forças Armadas, aos interesses dos partidos do “Centrão”, e ao apoio de uma vasta camada de classe média, principalmente de comerciantes, caminhoneiros e setores de serviços, duramente afetados

pelas idas e vindas do isolamento social. Tudo indica que a destituição do ministro da Defesa e a renúncia dos comandantes das três armas constituem na maior fissura na base de seu governo. A oposição espera que essa ruptura leve a um afastamento das Forças Armadas da política bolsonarista. O que aproximará a espada de Dâmocles do impeachment sobre a cabeça de Bolsonaro.

A pandemia tende a se alongar, o que aumenta as dificuldades da recuperação econômica e reativação do mercado de trabalho. O agigantamento da dívida pública, a alta inflacionária nas condições de baixo crescimento, e a elevação da taxa de juros da Selic, evidenciam um enorme desarranjo, que implicará violentas medidas contra as massas, já sacrificadas pelas consequências nefastas da pandemia. O naufrágio do governo Bolsonaro não terá como ser revertido. Essa é a maior probabilidade.

As forças políticas da burguesia contam com essa tendência. Com muita antecedência, movimentam-se no sentido das eleições de 2022. A melhor variante para a superação dos impasses do governo Bolsonaro não é o impeachment, segundo os próprios porta-vozes do grande capital e dos homens fortes do Congresso Nacional. Essa via é o último recurso, mas pode se potencializar, no caso da presente crise ministerial não ser contida no próximo período. Uma forma de barrar a ascensão do PT, tendo Lula

Enquanto prevalecer a política de conciliação de classes da burocracia sindical - orientada pelo PT, Solidariedade, PCdoB, PDT e PSB, fundamentalmente – não se estruturará uma poderosa resposta progressiva e revolucionária, para a crise de governabilidade e de regime político.

à frente, é a de destituir Bolsonaro e armar um novo bloco de poder. Essa possibilidade não entra na conta do PT e aliados, que propagandeiam a bandeira de “Fora Bolsonaro” e impeachment. A possibilidade, por sua vez, de um golpe de Estado é a mais improvável, embora não deixe de fazer parte do quadro de desintegração do governo e da democracia oligárquica. A própria ruptura entre o generalato diminui essa probabilidade. A principal via continua sendo a dos preparativos para as eleições, que serão traumáticas, caso Lula esteja apto a concorrer.

Esse conjunto de contradições, que explode no interior da política burguesa e das instituições do Estado, se processa nas condições em que a classe operária se encontra acuada, e a maioria oprimida, em grande medida, passiva. Essa ou aquela variante das tendências da crise política dependem, em última instância, da luta de classes. É aqui que se encontra o problema dos problemas. As organizações operárias e populares foram submetidas, por suas direções, à política burguesa do isolamento social, que resultou na renúncia de um programa de rei-

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

vindicações próprias, do método da ação direta e da independência política. A crise do governo Bolsonaro dependeu, até agora, quase que estritamente, dos conflitos e divisões no seio da política burguesa e do Estado. Os explorados, em sua quase passividade, não puderam ser o fator de quebra do governo militarista, antinacional e antipopular. Uma solução progressiva para a crise depende, no entanto, da maioria oprimida em luta, sob a direção do proletariado.

Enquanto prevalecer a política de conciliação de classes da burocracia sindical - orientada pelo PT, Solidariedade, PCdoB, PDT e PSB, fundamentalmente - não se estruturará uma poderosa resposta progressiva e revolucionária, para a crise de governabilidade e de regime político. Eis por que a tarefa fundamental é a de travar a luta contra as ações reacionárias da burguesia, e contra as ações conciliadoras e pró-capitalistas da burocracia sindical.

A vanguarda com consciência de classe deve estar atenta a qualquer uma das variantes da crise de governabilidade. E a melhor forma para isso é lutar, no seio da classe operária e

da maioria oprimida, por um programa de emergência, que defenda os empregos, os salários, as condições sanitárias, a vacinação universal, bem como as liberdades políticas, seriamente ameaçadas. Há que exigir, junto aos explorados, que as direções sindicais rompam com a política de conciliação de classes, reativem os sindicatos, convoquem as assembleias e organizem um movimento nacional de frente única pelo programa de emergência próprio dos explorados.

A vanguarda com consciência de classe conta a seu favor com a desintegração generalizada do capitalismo, e com a demonstração de que a burguesia e seus governos não têm nada de positivo a oferecer às massas, só têm a oferecer mais sacrifício e flagelo. O programa histórico da revolução proletária emerge em meio à barbárie, que se expande em todo o mundo, e, em especial, no Brasil. É imperativo, na luta pelo programa emergencial e defesa da organização independente do proletariado, expor, explicar e defender pacientemente a estratégia de poder, que tem como guia a bandeira do governo operário e camponês, expressão governamental do princípio histórico da ditadura do proletariado.

Aprovação da PEC “Emergencial”

Para o capital financeiro, tudo; para os explorados, migalhas!

Em novembro de 2019, Bolsonaro e Guedes entregaram ao Senado o “Plano Mais Brasil”, com três propostas de emenda à Constituição (PECs): a 186, chamada de Emergencial; a 187, dos Fundos Públicos; e a 188, do “Pacto Federativo”. As medidas têm a mesma essência, garantir a sustentação da dívida pública, priorizar pagamento dos juros e amortizações. Medidas, portanto, de sacrifícios das massas, para alimentar os credores da dívida pública - um punhado de bancos, fundos de pensão, fundos financeiros e especuladores, majoritariamente estrangeiros.

O pacote foi apresentado como prioridade pelo governo federal, após a aprovação da Reforma da Previdência. Os atritos entre governo e Congresso Nacional, o caráter oligárquico da burguesia, e a conjunção entre crise econômica e pandêmica não permitiram que a aprovação fosse rápida. O momento propício foi criado com o fim do auxílio emergencial, quando as crescentes miséria e fome foram usadas como pretexto à nova ofensiva do governo. Assim, foi aprovada de forma relâmpago a “PEC Emergencial”, com aprovação no Senado, em 4 de março, na Câmara, na madrugada de 12 de março, com algumas supressões - como o fim da vinculação de recursos para saúde e educação -, e com promulgação pelo Congresso Nacional, em 15 de março, como Emenda Constitucional 109/2021. Para aprovar R\$ 44 bilhões, muito abaixo dos R\$ 321,8 bilhões gastos com o auxílio anterior, se estipularam quatro parcelas, entre R\$ 175 e R\$ 375, correspondendo à metade dos beneficiários da primeira rodada, foram inseridos dispositivos constitucionais de graves consequências. Os gastos extraordinários, causados em momentos considerados estado de calamidade, como a pandemia, permitirão a suspensão das travas fiscais.

O fundamento da EC 109 (PEC 186, após aprovada) é o de

implementar e ampliar duas regras ditadas para garantir a sustentação da dívida pública, o “Teto dos Gastos” (que congela os gastos sociais por 20 anos), e a “Regra de Ouro” - decorrente da chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal” (LRF), aprovada por FHC, no ano 2000, que impede que o governante contraia dívida para cobrir despesas correntes. Tal lei modifica dispositivos, para que as receitas, por exemplo, antes destinadas à Previdência, sejam consideradas transferências da União, fabricando assim o problema do rombo nas contas públicas.

A EC 95 (Teto dos Gastos) estabelecia gatilhos, caso as despesas correntes (como os salários do funcionalismo público, benefícios de aposentadoria, contas de energia e outros custos) ultrapassassem as receitas. A EC 109 antecipa o gatilho, que deve ser acionado quando atingir os 95%. As medidas de contenção de gastos são um ataque direto aos serviços públicos e, em particular, ao funcionalismo, com congelamento salarial, impedimento à abertura de concursos (exceto para reposição de cargos de chefia ou direção, que não aumentem despesas ou decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios) e investimentos, etc. Caso não adotem estas medidas, governos e prefeituras deixarão de receber garantias da União para operações de crédito. Quando as despesas atingirem 85% das receitas, os gestores já poderão acionar os gatilhos, desde que autorizado pelos legislativos. Além dos poderes executivos locais, as medidas de contenção poderão ser usadas pelo Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. A Câmara retirou da proposta o impedimento a progressões e promoções, um gesto de “boa vontade” ao funcionalismo, em meio ao golpe que a EC 109 representa. A EC também proíbe que os salários e benefícios congelados sejam reivindicados na justiça retroativamente. O direito à re-

posição salarial, que já vinha sendo desrespeitado, foi, assim, formalmente abolido para o funcionalismo.

Para sustentar este discurso, o governo, com a ajuda da mídia monopolista, atribui o desequilíbrio orçamentário aos “privilégios” e ao peso dos servidores públicos. Estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de outubro de 2020, porém, mostra que, no Brasil, 12,5% dos trabalhadores estão no setor público, número muito inferior à média dos países da OCDE, de 21,1%. O objetivo do governo é nivelar por baixo as condições dos trabalhadores brasileiros, a contrarreforma administrativa será a coroação deste ataque, com o fim da estabilidade para a maior parte dos servidores, ampliação das terceirizações e várias modalidades de precarização.

A EC 109 também inclui as despesas com aposentados e pensionistas, no limite de despesas com pessoal, o que fará com que o teto seja atingido com maior velocidade, e os cortes se tornem a regra. Segundo o DIEESE, caso os entes já não estivessem cumprindo restrições anteriores – devido ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou devido à Lei Complementar 173/2020 –, e a PEC 186 estivesse em vigor, três estados brasileiros teriam de colocar, imediatamente, em prática toda essa limitação orçamentária, por estarem acima de 95%: Rio Grande do Sul (98%); Minas Gerais (97,9%); e o Rio Grande do Norte (96,4%). Outros 15 estados estão na faixa dos 85% a 95%, já sendo compelidos a colocar em prática tais medidas.

Um ponto da EC, que atinge interesse de frações da própria burguesia, é a previsão de que, em até seis meses após a entrada da EC em vigor, o Executivo encaminhará ao Congresso plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária. No prazo de 8 anos, precisam cair, de 4,3% do PIB, para 2%. Alguns setores foram blindados, como as zonas francas, instituições filantrópicas, fundos constitucionais, cestas básicas e bolsas de estudos para estudantes de cursos superiores.

Foi aprovado também que haverá uma lei complementar, que regerá os critérios de sustentabilidade da dívida pública, estipulando indicadores da apuração da dívida e os resultados fiscais compatíveis com a trajetória dos débitos. Também privatizações de estatais e venda de imóveis para reduzir a dívida.

Como dissemos antes, a PEC 186 forma um conjunto com as PECs 187 e 188. A primeira versão da PEC 186 tentava inserir na Constituição o conceito de “equilíbrio fiscal intergeracional”, condicionando o usufruto de direitos por uma geração futura às condições fiscais legadas por gerações anteriores, o que substitui a definição de direitos sociais assegurados para direitos sociais condicionados ao tal equilíbrio fiscal. Mesmo que o conceito não tenha sido inserido, sua lógica já guia a prática dos governos há tempos, e permeia as demais PECs do Plano Mais Brasil.

A PEC 187 tem como objetivo extinguir cerca de 248 fundos públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o que levaria à desvinculação de R\$ 219 bilhões, que poderão ser utilizados na amortização da dívida pública

da União. Para escapar da tesoura, os fundos precisam ser ratificados pelos respectivos poderes legislativos, por meio de lei complementar específica, até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data da promulgação da emenda constitucional. Uma aprovação que exige voto qualificado, com maioria absoluta. A medida não atinge os fundos previstos nas constituições e leis orgânicas de cada um dos entes federados, como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM), bem como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e o Fundo Nacional de Saúde. Também estabelece que o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos, apurados ao final de cada exercício, será destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente.

A PEC 187 tem como objetivo extinguir cerca de 248 fundos públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o que levaria à desvinculação de R\$ 219 bilhões, que poderão ser utilizados na amortização da dívida pública da União. Para escapar da tesoura, os fundos precisam ser ratificados pelos respectivos poderes legislativos, por meio de lei complementar específica, até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data da promulgação da emenda constitucional.

A PEC 188 “PEC do Pacto Federativo” tem grande envergadura: altera 24 artigos da Constituição, 6 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e inclui 5 artigos na CF e 4 artigos nas disposições constitucionais transitórias, além de revogar dispositivos constitucionais e legais. Substitui o Plano Plurianual por um “orçamento plurianual”, para ter maior flexibilidade na adaptação às necessidades do capital rentista. Cria o Conselho Fiscal da República, que se reunirá trimestralmente para avaliar a situação financeira dos estados, e propor medidas de desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento.

Crise econômica, pandêmica e endividamento do Estado

Desde o final de 2014, quando os impactos da crise econômica mundial aberta em 2008, nos EUA, atingiram em cheio a economia brasileira, as contas do governo passaram a registrar déficit primário. Os anos seguintes foram de recessão e estagnação, e a persistente crise econômica ainda foi agravada pelos efeitos da crise pandêmica.

Enquanto o desemprego, fome e miséria se agigantam, junto com a insuficiência da rede de proteção propiciada pelas políticas de saúde, Previdência, moradia, dentre outras, os ganhos do capital rentista são preservados e ampliados. Dados do Banco Central mostram a aceleração do endividamento. Em dezembro de 2013, a dívida bruta era de 51,5% do Produto Interno Bruto (PIB); em fevereiro, o percentual atingiu 90% do PIB, um montante de R\$ 6,744 trilhões. A dívida líquida está em R\$ 4,619 trilhões (61,6% do PIB), pois, considera as reservas internacionais de cerca de US\$ 350,9 bilhões. Tais reservas são compras de títulos da dívida do tesouro americano que tem juros bem mais baixos que os títulos brasileiros. Mais um mecanismo de extração de riquezas do país. No orçamento da União de 2020, é possível ver que, mesmo sob a pandemia, a

saúde ficou com uma fatia de 4,26%, enquanto os juros e amortizações da dívida abocanharam a maior fatia do orçamento, mais de 39%.

A busca da sustentabilidade da dívida pública foi e é o motor das contrarreformas. Esteve na base do ajuste fiscal de Dilma/Levy. Deste então, vivemos profundas derrotas, iniciando com a EC 95/2016, chamada de Teto dos Gastos. A Reforma da Previdência também esteve voltada ao objetivo de favorecimento do capital financeiro e, sob o governo Bolsonaro, a Emenda Constitucional do “Orçamento de Guerra”, (EC 106/2020), aprovou operações de crédito (novas dívidas), para pagamento de juros, permitindo também ao Banco Central a compra de “papéis podres”, estimados pelo Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em audiência pública no Senado Federal, em torno de R\$ 1 trilhão. Mais uma medida de proteção ao capital rentista. É importante destacar também a aprovação da autonomia do Banco Central, que amplia a capacidade de controle do capital financeiro sobre as decisões da política monetária.

Os elos das contrarreformas, para ajustar as leis do país às necessidades do capital financeiro, contam com antecedentes importantes, sendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), um marco fundamental. A proposição legal de impor tetos às despesas com a dívida pública nunca foram adiante. A auditoria da dívida prevista no texto constitucional comparece apenas como bandeira dos reformistas e centristas, que alimentam a ilusão de que o parlamento apodrecido e submetido ao imperialismo vá enfrentar o capital financeiro. Os artigos que integraram a versão inicial da LRF, que estabeleciam limites para as despesas com juros da dívida pública, foram vetados por FHC, mostrando como a política de emendas do reformismo desviam o caminho das lutas, e são inúteis. O capital, rotineiramente, renegocia a dívida com o Estado, principalmente as do INSS e BNDES, com parcelamento, redução de valores ou que simplesmente sonegue impostos ou dê calote. Porém, qualquer medida de auditoria, tributação ou regulação do capital financeiro é imediatamente respondida com a chantagem de alta nas Bolsas e fuga de capitais. A desregulamentação do mercado financeiro permite esta alta volatilidade. Não virá do parlamento ou executivo o enfrentamento ao grave problema da dívida pública. Vale lembrar que os governos nacional-reformistas preservaram o marco legal de FHC. Desde 2000, com a aprovação da LRF, as leis de diretrizes orçamentárias incluem as metas de superávit primário ou, desde a LDO de 2015, o teto

Aprovação da PEC “Emergencial”

para o déficit primário, quando esse começou a acontecer.

Erguer a luta anti-imperialista

Enfrentar o domínio do capital financeiro é uma tarefa urgente. Os países imperialistas são exportadores de capital. Praticam o parasitismo financeiro. O sistema da dívida pública serve para a sangria das economias dos países semicoloniais. Passado o interregno de crescimento mundial, amparado no crescimento da economia chinesa, a crise de 2008 manifestou o estreitamento do mercado mundial. Diante da tendência à queda na taxa média de lucro, a voracidade do capital financeiro se acentuou, impulsionando a guerra comercial e o saque das semicolônias.

A dívida pública sufoca a economia nacional. Mais e mais sacrifícios são exigidos das massas. O reformismo e centrismo se apegam à defesa da auditoria da dívida, e se negam a organizar as massas em uma forte campanha pelo não pagamento da dívida pública. O exemplo da Grécia, onde militantes do PSOL foram assessorar a auditoria promovida pelo Syriza, mostram bem os limites de tais apelos ao bom senso dos banqueiros. A União Europeia se impôs,

e o Syriza se submeteu.

Não bastam os bons argumentos e os cálculos orçamentários para mostrar que a dívida é fraudulenta e injusta. Não bastam os apelos para que, ao invés de cortes, os governos deveriam taxar as grandes fortunas, combater a sonegação, reverter as renúncias fiscais, e fazer uma reforma tributária que diminua a regressividade (maior peso sobre os mais pobres). Com tais apelos, reformistas e centristas criam a ilusão de que, se fossem eleitos, poderiam ao menos limitar o capital financeiro. Nada mais falso. Assim que têm chances reais de serem eleitos, o PT é o melhor dos exemplos, são os primeiros a se ajoelharem perante os rentistas. Para libertar o país da asfixia da dívida pública, o caminho é outro, erguer uma Frente Única Anti-imperialista.

Os trabalhadores do setor público têm um papel importante a cumprir na luta pela revogação da EC 95, EC 109; pela derrubada das PECs 187, 188 e Reforma Administrativa e contra as privatizações. Para isso, porém, precisam abandonar a política corporativista conduzida pelas direções pequeno-burguesas. O dia 24 de março, que seria o ápice de uma jornada contra estas PECs e a Reforma Administrativa foi uma farsa, os meios virtuais e atos simbólicos são apenas um faz de conta. É preciso mudar os métodos, rejeitar o eleitoralismo e organizar a luta a partir das reivindicações mais sentidas das massas.

A dívida pública sufoca a economia nacional. Mais e mais sacrifícios são exigidos das massas. O reformismo e centrismo se apegam à defesa da auditoria da dívida, e se negam a organizar as massas em uma forte campanha pelo não pagamento da dívida pública.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Bolsonaro e Congresso Nacional, de mãos dadas, contra as necessidades dos pobres e miseráveis

Acabou de ser aprovado mais um miserável auxílio emergencial, no valor médio de R\$ 250,00. Há um ano atrás, era de R\$ 600,00, podendo chegar a R\$ 1.200,00 por família. Lembremos que houve uma negociata, que começou com R\$ 200,00. Os parlamentos propuseram R\$ 500,00, e Bolsonaro/Guedes cobriram a jogatina com R\$ 600,00. A burocracia sindical disse que foi uma vitória contra o governo. Mentira! Os R\$ 600,00 resultaram da negociata. No mês de setembro, por meio de uma Medida Provisória, foi reduzido para R\$ 300,00, e extinto no final do ano. Agora, governo e Congresso Nacional aprovaram a redução do valor, diminuição do número de pessoas que terá direito, determinação de que somente uma pessoa da família pode receber (no critério anterior, até dois da família tinham esse direito), e que será de quatro parcelas. Em abril de 2020, o auxílio emergencial permitia comprar uma cesta-básica, estipulada em R\$ 500,00, e mais nada. Com o valor de R\$ 250,00, significa que uma família de 4 pessoas só pode gastar em comida R\$ 8,33, por dia. O Dieese divulgou o estudo sobre o que essa família pode comer por dia, com o auxílio emergencial. Eis:

Carne - menos de 1 bife	R\$ 3,05
Leite - menos de 1/2 copo	R\$ 0,48
Feijão - 1 1/2 concha	R\$ 0,40
Arroz - 3 colheres	R\$ 0,18
Farinha - menos de 1/4 xícara	R\$ 0,09
Batata - 1/2 unidade	R\$ 0,50
Tomate - 1 unidade	R\$ 0,90
Pão - 1 1/2	R\$ 1,06
Café - menos de 1/2 xícara	R\$ 0,17
Banana - 1 unidade	R\$ 0,85
Açúcar - 4 colheres	R\$ 0,11
Óleo - 2 colheres	R\$ 0,10
Manteiga - menos de 1 colher	R\$ 0,44

TOTAL R\$ 8,33

Dessa vez, as direções sindicais discursaram contra o valor do auxílio, e reivindicaram os R\$ 600,00. Concretamente, nada foi feito para organizar os explorados contra o miserável auxílio de Bolsonaro e Congresso Nacional. Nada têm sido feito contra as demissões, desemprego, subemprego e avanço da fome. Esses burocratas, há muito, abandonaram os reais problemas, que atingem a classe operária e demais explorados. São mestres na oratória, e ágeis nas negociatas com os patrões e governantes. A burocracia não depende do salário e do trabalho. Passou a ser uma casta parasitária nos aparatos sindicais, de onde retira um soldo muito acima do que ganham os operários. Sua política de conciliação de classes vem esmagando o instinto de revolta dos trabalhadores. Não por acaso, diante do agravamento

das consequências das crises econômica e sanitária, se recusa a organizar a luta nacional massiva, nas ruas. Ao contrário, se refugia no mundo das lives, das reuniões virtuais, e repete como papagaios a política burguesa do isolamento social.

O Boletim Nossa Classe denuncia a conduta dos burocratas sindicais, e chama a vanguarda com consciência de classe a exigir que os sindicatos sejam colocados a serviço da luta de classes. Defende que o auxílio emergencial corresponda ao valor real das necessidades, que deve ser aprovado pelos os trabalhadores em assembleias.

De manobra em manobra, a direção burocrática procura fechar um acordo com a Ford

Depois do acordo que suspendeu as vigílias e assembleias, a Ford de Camaçari (Bahia) continua com a embromação em torno às indenizações. O fechamento da montadora já está provocando demissões em várias atividades, que dependiam do funcionamento da fábrica, instalada há duas décadas no município.

O presidente do sindicato, Júlio Bonfim, continua lamentando as consequências do encerramento das atividades da Ford. Mas, tem pressa em fechar o acordo, mediante uma “reparação justa” aos operários. Quer que a montadora se posicione sobre uma “proposta viável”, que, para o burocrata, está traduzida no pagamento de um valor fixo, mais salários adicionais por ano trabalhado, e extensão do plano de saúde. Assim, o aceno favorável, por parte da Ford, teria o compromisso do sindicato de aprová-la na assembleia dos metalúrgicos. O que permitiria encerrar o caso sobre o fechamento da montadora. No entanto, o que saiu da negociação de 18 de março foi o compromisso da Ford de apresentar “Programas de Recolocação e de Requalificação da Mão de Obra”, por meio do Senai. Certamente, como um prêmio de consolação, aos 5 mil metalúrgicos demitidos da planta de Camaçari.

O jogo da Ford e da direção conciliadora do sindicato é bem conhecido. Depois de apresentarem divergência de números, caminharão para um denominador comum. A Ford dirá que cumpriu sua obrigação, e a burocracia sindical dirá aos operários que foi o máximo que poderia ser obtido, sendo, portanto, uma vitória. O principal de tudo é que estão negociando as demissões, resultantes da destruição de milhares de postos de trabalho.

O Boletim Nossa Classe defendeu que a única via para defender os empregos era e é a organização da ocupação da fábrica, a imposição do controle operário e a luta pela sua estatização sem indenização. No entanto, prevaleceu a política das direções dos sindicatos, CTB/PCdoB, em Camaçari, e da CUT/PT, em Taubaté, de aceitar o fechamento da Ford e negociar as indenizações. Esse caminho marcou a derrota dos operários.

Depois da Ford, a LG anuncia seu fechamento

Responder às multinacionais, com a ocupação da fábrica

A direção do Sindicato Metalúrgico de Taubaté (Sindmetau) realizou uma assembleia, dias atrás, e aprovou o “estado de greve”. Isso porque o sindicato ainda não havia recebido o comunicado por parte da empresa, mas que tudo seria feito no início de abril. Novamente, a burocracia do sindicato veio com a conversa fiada de que pretende encontrar alternativas, junto à empresa, para a manutenção da fábrica em Taubaté. Agora, que está claro que a LG será fechada, a direção quer negociar as indenizações. Com a maior desfaçatez, disse: “Somente diante da

Há formas e formas de se praticar a colaboração de classes. Uma delas é fechar os olhos para o que têm feito as direções responsáveis pelo acordo traidor com a Ford. É mais do que evidente que, se houvesse uma luta classista contra o fechamento da Ford, com sua ocupação e campanha pela estatização, favoreceria a luta contra o fechamento da LG. Ainda há tempo de reverter esse atentado contra os empregos. Que os sindicatos da CUT e Conlutas se reúnam imediatamente para responder de conjunto ao fechamento da LG e da Ford.

impossibilidade de a empresa manter o setor no município, a exemplo do que está ocorrendo com a Ford, queremos negociar um plano de encerramento de atividades, com benefícios para os funcionários, também como vem acontecendo com a Ford, que está dialogando com o sindicato.”

No caso da LG, os burocratas sequer procuraram enganar os operários com a ideia de que estariam contra o fechamento e em defesa dos empregos. Os capitalistas Sul-Coreanos viram que a Ford pôde fechar as portas tranquilamente, não se preocuparam com o que o sindicato poderia fazer. O mal exemplo da Ford serviu mui-

to bem à LG. Como envolve a cadeia de fornecimento de componentes, atingirá fábricas sediadas em Caçapava e São José dos Campos. Há o risco de demissão em massa, ou até mesmo o fechamento de fábricas. Os operários de Caçapava e São José dos Campos fazem parte da base do sindicato metalúrgico de São José dos Campos, sob a direção da CSP-Conlutas/PSTU. Diante disso, a direção convocou assembleia, e também aprovou o “estado de greve”. O que quer dizer que aprovou uma intenção. Ocorre que a gravidade do fechamento da LG não permite ficar no plano das intenções. Era necessário, imediatamente, que os dois sindicatos se reunissem e decidissem por não permitir o fechamento. Tal decisão implicaria ações concretas.

Nesse caso, está posta a ocupação da fábrica, o controle operário e a defesa da estatização sem indenização da LG. Como o sindicato de Taubaté, CUT/PT, já entregou os pontos, o sindicato de São José dos Campos ficou em maus lençóis. A responsabilidade política da Conlutas é a de não ter feito uma campanha nas fábricas da região e nacionalmente contra o fechamento da Ford. Há formas e formas de se praticar a colaboração de classes. Uma delas é fechar os olhos para o que têm feito as direções responsáveis pelo acordo traidor com a Ford. É mais do que evidente que, se houvesse uma luta classista contra o fechamento da Ford, com sua ocupação e campanha pela estatização, favoreceria a luta contra o fechamento da LG. Ainda há tempo de reverter esse atentado contra os empregos. Que os sindicatos da CUT e Conlutas se reúnam imediatamente para responder de conjunto ao fechamento da LG e da Ford. A bandeira é: nem fechamento da Ford, nem da LG. Para isso, ocupar as fábricas, e pôr em pé um movimento local, regional e nacional contra o fechamento de fábricas. O sindicato da Conlutas tem o dever de levantar essa bandeira, e defender a ocupação, independentemente da posição da direção do sindicato da CUT, que já

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

cedeu aos capitalistas da Ford e da LG.

Motoristas de ônibus fazem paralisação no ABC

Motoristas de ônibus municipais e intermunicipais de São Bernardo do Campo fizeram uma breve paralisação, no principal Terminal Metropolitano. A paralisação foi convocada pelo Sindicato dos Rodoviários do Grande ABC – o Sintetra – e se expandiu para as sete cidades do Grande ABC, principalmente em Santo André, cidade sede do sindicato. Dentre as reivindicações levantadas pelo sindicato, estavam a prioridade dos motoristas na vacinação contra o Covid-19, o pagamento de salários atrasados, resolução dos problemas no contrato de convênio médico, e fiscalização sobre o transporte clandestino, que vem crescendo nos municípios.

A militância do POR esteve junto aos trabalhadores na paralisação de São Bernardo, onde muitos motoristas disseram não saberem o porquê da paralisação, e quais eram as reivindicações.

Relataram horas excessivas de trabalho (ultrapassando dez horas trabalhadas), e o distanciamento do sindicato, que os deixam a ermo. Disseram também não temer o contágio – já que trabalharam normalmente durante todo o período, e nunca puderam fazer o isolamento social. Ainda chegaram a se colocar contra algumas das reivindicações levantadas pelo sindicato, se opondo ao corporativismo da direção, e reivindicando que ‘todos devem ter a vacina, sem exceção de idade ou ocupação’, e que ‘o transporte clandestino ajuda pessoas desempregadas, não deve ser fiscalizado e/ou combatido’. Quanto aos salários em atraso, alegaram ser uma realidade bem anterior à pandemia, tanto dos motoristas de linhas municipais, quanto os de linhas intermunicipais, e concluíram dizendo que ‘isso conduz a buscar mais trabalho informal’.

Essa situação expõe a precarização do trabalho, mas também a disposição de luta dos trabalhadores. Evidencia o papel nefasto das direções conciliadoras e traidoras, que, em vez de defender a vacinação universal dos pobres e miseráveis, defende o corporativismo; que em vez de defender os trabalhadores precarizados dos transportes clandestinos, colabora com os capitalistas dos transportes para garantir seu monopólio no setor.

É preciso romper a passividade e levantar, com o método da ação direta, um movimento geral em defesa dos empregos, salários e da vacinação dos explorados. É preciso pôr abaixo o corporativismo e a política de conciliação de classes. Somente assim será possível combater os ataques da burguesia e seus lacaios, e conquistar as reivindicações mais sentidas da maioria oprimida.

Humanidade e compaixão das montadoras?

A negociação entre as direções sindicais com as montadoras, em torno à paralisação da produção por mais de 10 dias, não se encerra com o “lockdown”, iniciado na Volks, e que se estendeu à Mercedes, Scania, Toyota e outras. A Mercedes anunciou que implantará o escalonamento até maio. Outras compensarão os feriados, e usarão as férias coletivas. As montadoras farão o chamado “ajuste” na produção, para conter a superprodução. Certamente, aguardam a nova MP do governo e do Congresso Nacional, para suspender contratos e reduzir salários.

A justificativa da suspensão da produção foi o crescente avanço da pandemia. O que é real. Mas, os interesses econômicos comparecem sempre na raiz das intenções do patronato. Se, de um lado, há os indicadores de que os operários estão

sendo contaminados nos locais de trabalho e no transporte público; de outro, há a necessidade dos capitalistas, de ajustar a produção em função da queda nas vendas. Como se vê, as crises sanitária e econômica caminham juntas. O fundamental está em que são os trabalhadores que arcam com suas consequências, seja com o crescente avanço do contágio e das mortes, seja com as demissões, desemprego e cortes salariais.

A ausência de direções classistas contribui para que a classe operária permaneça na passividade e submetida à política patronal. Está aí por que nossa tarefa é a constituição dessas direções revolucionárias, que será erguida no choque entre o capital e trabalho. O implicará no combate à burocratização dos sindicatos e à política de conciliação de classes de suas direções.



O Boletim Nossa Classe extraordinário foi divulgado no dia 23 de março, para responder ao avanço do contágio e mortes nas fábricas, e ao “lockdown” convocado pelas centrais sindicais. Publicamos abaixo

Política Operária

Carta à classe operária e à juventude oprimida

A contaminação nas fábricas tem sido motivo de denúncias dos operários. Denúncia de que os patrões não estão nem aí para as condições de proteção e para o trabalhador, que é atingido pelo Covid-19. Mesmo com a suspeita de contaminação, há denúncia de que o patrão não permite o afastamento do empregado.

É certo que todos aqueles que têm de ir ao trabalho enfrentam a superlotação dos transportes. Assim, a responsabilidade da morte de trabalhadores pelo Covid-19 é do Estado, da burguesia e de seus governos.

Vimos que o isolamento social não tem conseguido barrar o avanço da contaminação. Vimos que a vacinação é feita lentamente. E vimos que não têm vacinas para todos. E agora vemos que estão faltando remédios para intubação e oxigênio.

Está bem claro que a classe operária e demais explorados não podem ficar à mercê das disputas políticas entre Bolsonaro e governadores. Não podemos ficar submetidos ao abre e fecha do isolamento social, que tem sido parcial. Não podemos continuar morrendo como moscas, esperando as vacinas, que chegam a conta-gotas.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a se revoltarem coletivamente, para defenderem suas vidas e da maioria oprimida. Não podemos continuar sofrendo individualmente a tragédia de cada dia. Nossa dor e desespero são coletivos. Por isso, devemos nos rebelar-nos coletivamente, contra os governantes e a burguesia, que são incapazes de proteger a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude.

O Boletim Nossa Classe chama os operários, demais trabalhadores e a juventude a exigirem que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais, para organizar a luta por:

- 1) Vacinação urgente de toda a população, universal, inteiramente pública e gratuita, a começar pelos pobres e miseráveis;
- 2) Controle das medidas de isolamento social, pelas organizações operárias e populares, para que não haja demissões, redução salarial e perdas de direitos;
- 3) Adoção de medidas emergenciais, voltadas inteiramente a proteger os explorados:
 - auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pela assembleia, de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora;
 - intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas indústrias de fabricação de oxigênio e de remédios;
 - quebra das patentes das vacinas e remédios;
 - controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica, pela classe operária e pela população organizada nos bairros;
 - plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular;
 - reabertura das fábricas fechadas, readmissão de todos que foram demitidos durante a pandemia;
 - plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos.

O plano de emergência dos próprios trabalhadores se opõe ao plano de emergência do governo e do Congresso Nacional, que protege os grandes capitalistas, e que sacrifica empregos e salários. É um plano de emergência porque corresponde às necessidades imediatas ditadas pela pandemia e pela crise econômica. Para isso, é preciso que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais. E que as centrais sindicais organizem um movimento nacional de luta pelo plano de emergência.

Denúncias de fábrica

Não basta denunciar, é preciso se organizar para a luta



Várias foram as denúncias de operários e operárias sobre a contaminação nas fábricas. Em uma delas, a denúncia é de que o patrão não garante a proteção, não se importa com os sintomas, não faz os testes e não afasta os suspeitos de Covid-19.

Os distribuidores do Boletim Nossa Classe perguntaram sobre o que estava fazendo o sindicato. Resposta da operária: não apareceu nunca mais, depois da pandemia.

Este tem sido o grande problema. As direções sindicais fecharam as portas dos sindicatos, e ficam fazendo politicagem

junto a parlamentares e governadores. Reclamam apenas pelos meios virtuais, de que a pandemia está descontrolada, mas não mexem uma palha para organizar a luta nas fábricas, no comércio, nos serviços e nos bairros. Mas, como os sindicatos pertencem aos operários, temos de denunciar a passividade das direções, e exigir a convocação de assembleias presenciais.

Se as direções sindicais não convocam as assembleias, a solução está em que os operários mais conscientes e lutadores reúnam um grupo, e formem uma comissão da fábrica. A comissão pode iniciar um movimento coletivo de resistência. A comissão da fábrica pode convocar uma assembleia. É claro que a comissão não pode aparecer aos olhos do patrão e de seus capatazes.

O Boletim Nossa Classe se dispõe a ajudar a organizar a comissão, basta que os companheiros que fazem a denúncia trabalhem para mobilizar seus companheiros.

O Boletim Nossa Classe pede que os operários com consciência de classe divulguem esse Boletim no interior da fábrica, e se sirvam dele para organizar a comissão. Reafirmamos que o Boletim Nossa Classe está disposto a ajudar a organizar o movimento de defesa dos trabalhadores.

Auxílio emergencial do governo e do Congresso Nacional. Pior estava, pior ficou

Depois de muita demora, foi aprovado o auxílio emergencial de R\$ 150,00, para uma só pessoa, e R\$ 375,00, no caso das mulheres que são arrimo de família. Assim, foram retirados do auxílio um enorme número de pessoas pobres e mi-

seráveis. Também foi diminuído o tempo de validade do auxílio. Além de ser muito pior que o auxílio anterior, de R\$ 600,00, o governo e os parlamentares acharam um jeito de encaminhar a reforma administrativa, que vai atingir os funcionários públi-

cos de baixo escalão.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse auxílio emergencial. Defende que os sindicatos e centrais organizem a luta por um verdadeiro auxílio emergencial, aprovado em assembleias.

Lockdown das multinacionais

Sem a organização própria dos trabalhadores, qualquer medida de isolamento social está fadada ao fracasso

As centrais sindicais e os sindicatos metalúrgicos do ABC e São Paulo, entre outros, correram atrás dos sindicatos patronais (Anfavea e o Sindipeças), para fazer um lockdown nas indústrias. E pediram apoio do governador Doria.

Os sindicatos patronais foram amáveis com os burocratas sindicais, mas disseram que cada montadora tem suas particularidades. Assim, não era possível um lockdown organizado por todos.

A Volks adiantou e decretou uma paralisação de 24 de março a 4 de abril. É bom assinalar que, somente nas montadoras, houve 4.405 afastamentos por Covid-19, desde o início

da pandemia.

As centrais sindicais depositam esperança nos governadores, para que o lockdown, do dia 24 de março, seja o mais amplo. Nada do que façam nesse sentido protegerá, de fato, os explorados.

O Boletim Nossa Classe defende:

- 1) *que não haja nenhuma demissão e redução de salários;*
- 2) *que os sindicatos e centrais se neguem a negociar medidas de proteção aos capitalistas, com os governadores e o Congresso Nacional;*
- 3) *que, no lockdown, os sindicatos aproveitem para convocar assembleias e realizar manifestações em defesa de um programa próprio de emergência.*

Reabrir a Fafen

Com a falta de oxigênio, se viu que o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen) foi um crime contra a economia nacional. O mesmo se passou com as fábricas na Bahia e Sergipe, que foram arrendadas a preço de banana.

Agora, o Ministério Público do Paraná pediu a reativação da Fafen, para fabricar oxigênio hospitalar. É preciso

também romper os contratos das fábricas arrendadas, sem nenhuma indenização aos capitalistas.

Essas são medidas de urgência, que não podem ficar à espera de uma decisão judicial. Assim, os sindicatos e centrais devem convocar os trabalhadores demitidos da Fafen para ocupar a fábrica, e colocá-la em funcionamento, sob o controle operário.

O Boletim Nossa Classe defende medidas de intervenção e estatização sem indenização nas fábricas, e recursos necessários ao combate à pandemia e à defesa da vida da maioria oprimida. O controle operário da produção é uma forma de fortalecer a luta coletiva contra os capitalistas, que detêm a propriedade privada dos meios de produção.

Intervenção do POR nos atos contra a ditadura militar

Ato contra o golpe militar de 1964, em São Paulo

No dia 31 de março, realizou-se o ato contra o golpe militar de 1964, chamado pelos "Comitês de luta contra o golpe" (PCO). A concentração ocorreu no MASP, e depois ocupou as ruas, fazendo uma caminhada até o Memorial da Resistência (antigo DEOPS). Dos partidos e correntes, estavam presentes apenas o POR, PCO, PT e anarquistas/independentes.

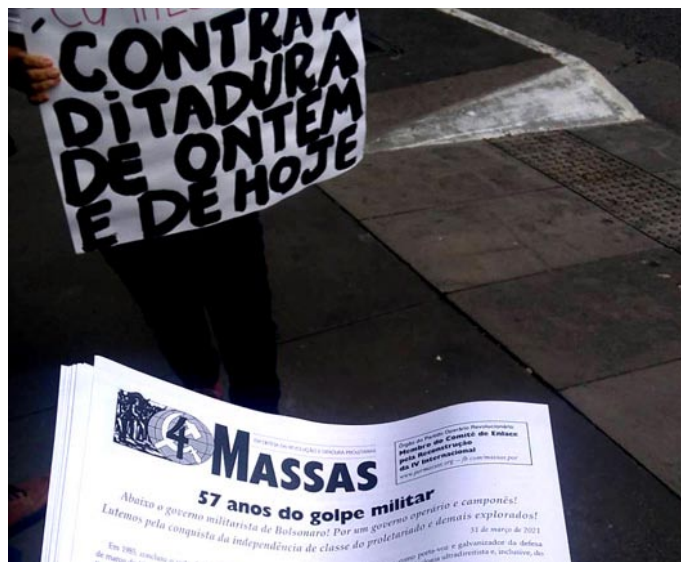
A maioria das falas e conteúdos do ato giraram em torno do impeachment de Bolsonaro, das eleições 2022, e Lula. A fala de um dos nossos camaradas, que se diferenciou das demais, enfatizou a importância da ação direta presencial, como método correto de luta, ressaltou o aprofundamento da crise política e sanitária, e defendeu a independência política de classe dos explorados. E afirmou que a tarefa é a de derrubar o governo de Bolsonaro, e não a de colocar seu destino nas mãos do Congresso Nacional. De forma que o orador do POR rechaçou que a via da





luta passa pelo impeachment e pela preparação das eleições de 2022. Nas condições das crises sanitária e econômica conjugadas, que mataram mais de 300 mil brasileiros, que desempregaram milhões, que reduziram os salários, e que empurraram as massas à mais pobreza e miséria, tratava-se de organizar a luta nacional por um programa próprio de emergência.

Essa manifestação contrária à comemoração do golpe militar de 1964 poderia ter sido maior. Com a maioria dos partidos e movimentos ainda refugiados no mundo virtual, acabou que o ato não esteve à altura do grave momento em que os explorados estão sendo diariamente sacrificados. Sem possibilidade de tomar completamente as ruas, e parar a produção, a burguesia e seus governantes continuarão com as mãos livres para fazerem o que bem entenderem. As direções sindicais e os movimentos populares ligados aos partidos reformistas servem de contenção à revolta latente dos explorados. Desgraçadamente, o proletariado segue de mãos atadas, sofrendo com a morte, a fome e o desemprego. Cabe à vanguarda com consciência de classe dedicar o máximo de esforço, para romper a política de conciliação de



classes, e o temor que tomou conta da maioria oprimida.

Somente a classe operária e demais explorados podem derrubar Bolsonaro, com seus métodos próprios de luta, com marchas, piquetes, ocupações e greves. Sem ilusões nas instituições burguesas. Que as centrais sindicais convoquem um dia nacional de luta! Que os sindicatos realizem as assembleias presenciais! Que os 57 anos do golpe militar sirvam para avançarmos na luta pelo combate às tendências direitistas e fascistas e pôr abaixo o governo Bolsonaro. Essas foram as bandeiras defendidas pelo orador e pelo manifesto do POR "57 anos do golpe militar. Abaixo o governo militarista de Bolsonaro! Por um governo operário e camponês! Lutemos pela conquista da independência de classe do proletariado e demais explorados!", distribuído no ato.

Participação no "ato simbólico": "Vida, Pão, Vacina e Educação"

As entidades estudantis – UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) – organizaram, em São Paulo, um ato na avenida Paulista, com as consignas "Vida, Pão, Vacina e Educação", o qual denominaram de "ato simbólico". O referido "simbolismo" serviu para tirar a força social da manifestação, pois, resumiu-se à presença das direções estudantis. A juventude não foi convocada massivamente às ruas.

O ato consistiu nas direções repetindo as palavras de ordem da convocação, estendendo uma enorme bandeira com as consignas, e erguendo cadeiras escolares. A passeata, que começou no Masp e terminou na praça do ciclista. Apesar de pequena, a manifestação esteve cercada todo o tempo por um forte aparato militar repressivo.

O POR esteve no ato, distribuiu seu material, e foi o único partido a fazer uma fala. Defendeu firmemente a independência de classe, a revolução e ditadura proletárias, o governo operário e camponês. Denunciou a guerra comercial imposta pelos monopólios burgueses em torno da vacina, e a capitulação das burocracias sindicais e seus partidos à política burguesa do isolamento social. Concluiu, defendendo o fim da propriedade pri-



vada dos meios de produção. Somente por meio da luta e com independência de classe, será possível defender o pão (os empregos e salários), a vida (um plano próprio de emergência dos explorados), a vacina (contra os interesses dos lucros burgueses), e a educação pública e gratuita.

São Paulo

Corrente Proletária na Educação denuncia a política das direções sindicais e exige a convocação de assembleias presenciais

O governador Doria anunciou a vacinação dos trabalhadores da educação, de forma gradual, iniciando a partir de 47 anos. Já havia determinado que a educação seria um serviço essencial, para que fosse retomado o trabalho presencial. Diante do avanço do contágio e mortes, antecipou o recesso escolar.

As direções sindicais exigiam a vacinação de todos os professores, para que houvesse o retorno às aulas presenciais. Mas, o governo insistiu em abrir as escolas em fevereiro, o que foi respondido com a “greve sanitária”. O avanço da pandemia e o aumento de casos entre os trabalhadores da educação foram decisivos para que os pais não enviassem os filhos, o que fez com que o governo antecipasse o recesso escolar, e anunciasse, agora, a vacinação. No entanto, o critério de vacinação, por idade, não atendeu a proposta dos sindicatos, e ainda acabou criando revolta numa grande parcela de educadores, que se encontra abaixo dessa faixa etária. As direções sindicais, por sua vez, exigem que o governador cumpra a decisão judi-

cial, para que haja o retorno das aulas.

Como se vê, os impasses são grandes: 1) permanece a divisão entre os trabalhadores da educação. Agora, agravada pelo fato de uma parcela receber a vacina, e a outra ter de retornar ao trabalho sem a imunização; 2) “a greve sanitária” não ganhou a adesão da grande maioria dos professores. Mostrou que não passou de um boicote passivo e individual de uma ultraminoria. Nas escolas municipais, a adesão foi maior, porque contou com o apoio das direções escolares, que não apontaram as faltas, e se juntaram aos professores; 3) os pais estão mais temerosos; 4) o caminho da judicialização não favorece os trabalhadores; 5) as direções sindicais se embrenharam no mundo virtual, e se recusam a convocar assembleias presenciais.

A Corrente Proletária, desde o início da pandemia, criticou o fechamento dos sindicatos, e exigiu que as direções convocassem as assembleias presenciais. Mas não teve força, porque os setores de oposição à direção do sindicato aceitaram

as reuniões e assembleias virtuais, e se colocaram pela farsa da “greve sanitária”. Os militantes da Corrente Proletária acataram a “greve sanitária”, e visitaram escolas para explicar a sua política, que estava em choque com a do governo e das direções sindicais. Criticou a política burguesa do isolamento social, imposta por Doria, que protege os capitalistas e sacrifica a maioria explorada. Participou das manifestações presenciais, levantando a bandeira contrária ao corporativismo e à passividade das direções sindicais. Convocou duas reuniões presenciais, para discutir a pandemia e as consequências econômicas e sociais, que resultaram em declarações publicadas no Jornal Massas. E defendeu que a vacinação tem de ser universal, começando pelos bairros pobres e miseráveis. Nesse momento, faz campanha para que as centrais e sindicatos convoquem um poderoso Dia Nacional de Luta, pelos empregos, salários e vacinação universal. E que rompam com a política de conciliação de classes, que tem levado à derrota dos trabalhadores.

Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil nº 60

Foi retomada a publicação do Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil (universitária). Seu editorial mostra como a pandemia faz recair consequências desastrosas sobre os estudantes e a educação em geral: “A Pandemia agrava o elitismo e o privatismo na Educação. É preciso dar uma resposta independente!” Ressalta o papel do Ensino a Distância na privatização e sucateamento do ensino. Esse editorial conclui: “Cabe às centrais organizarem um dia nacional de luta, para dar um passo no sentido da derrota dos capitalistas e dos governos, que já provaram que não serão capazes de proteger a população assalariada e a juventude.”

Defende, ainda, que a juventude deve se posicionar, diante da crise política: “Que a UNE se coloque pela unidade nacional dos oprimidos contra o governo Bolsonaro, a começar pela convocação de um dia nacional de luta, assumido por todas as organizações estudantis, sindicais e populares, pelo programa de emergência próprio dos explorados.”

Defende um posicionamento da juventude diante do fechamento das fábricas e postos de trabalho. “A juventude universitária deve se opor ao fechamento as fábricas, exigindo sua es-

tatização, e se colocando prontamente por sua ocupação e pelo controle operário.”

Diante do gigantismo do desemprego que assola o país, em especial a juventude, afirma: “A juventude precisa exigir das direções burocráticas a reativação imediata dos sindicatos, a convocação das assembleias presenciais, que tenha por tarefa primordial a defesa dos empregos a todos, por meio da divisão de todas as horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, impondo assim a escala móvel das horas de trabalho.”

Conclui com as bandeiras de resposta às 320 mil mortes causadas pela Pandemia: “Lutemos pela vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; controle pelas organizações operárias sobre a Anvisa, Butantan, Fiocruz e indústria químico-farmacêutica; por uma ajuda emergencial de um salário mínimo calculado pelo Dieese; pela subordinação do sistema privado de saúde ao SUS, que deve ser controlado pelos comitês e assembleias populares; expropriação dos capitalistas que oferecem resistência ao isolamento social; não pagamento da dívida pública, e utilização de seus recursos para combate da pandemia e da crise econômica.”

Rondônia

Mais uma enganação das direções sindicais

Em 24 de março, cumprindo a decisão da CUT de fazer o lockdown nacional e denunciar a reforma administrativa, o Sintero e o Fórum Rondoniense realizaram uma carreata, pelas ruas e avenidas principais da cidade de Porto Velho. O objetivo era denunciar os retrocessos da educação pública, e os ataques aos servidores públicos feitos pelo governo federal.

A manifestação se resumiu à denúncia dos ataques do governo aos servidores públicos, e do avanço das contaminações e mortes pela pandemia. As burocracias sindicais defenderam o auxílio emergencial de R\$ 600,00 e a vacinação a todos. A Corrente Proletária atuou distribuindo o manifesto nacional. Criticou a carreata, sem mobilização das bases e intervenção presencial nas ruas. No entanto, a política de conciliação de classes das direções sindicais é grande. Ficou ainda mais transparente na fala de um dirigente da CTB/PCdoB, que afirmou que, naquela manifestação, não havia “direita”, nem “esquerda”, apenas “cidadãos de bem”. Portanto, eliminando qualquer divisão de classes. Como se as crises econômica e sanitária atingissem todos igualmente.

É preciso dar um basta a essas carreatas e atos simbólicos. Os explorados estão morrendo como moscas com a pandemia. O desemprego é assustador. A reforma administrativa é um crime contra a maioria do funcionalismo. As carreatas servem apenas para a classe média desfilar pelas ruas com suas bandeiras eleitoreiras. A resposta está na unidade dos trabalhadores, empregados e desempregados. Está na convocação das assembleias presenciais, e nos atos massivos de rua. Está na aprovação de um plano de emergência próprio dos trabalhadores.

Recife

Centrais montam farsa no 24 de março

Desde fevereiro, o Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais aprovou um “calendário de lutas” que culminaria com uma greve nacional do funcionalismo, em 24 de março. Sem assembleias e plenárias democráticas e presenciais para envolver as categorias, já se sentia o cheiro de fraude no ar. A CUT, depois, incorporou o dia 24 como um dia de Lockdown nacional.

No Recife, nós, da CPE/POR, tentamos buscar informações sobre qualquer construção, mas apenas de véspera surgiu um card assinado pela CUT, UGT, Intersindical, CTB, CSP-Conlutas, Frente Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular, e Fora Bolsonaro-PE. Na página do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco (CUT), informava-se que haveria um ato simbólico, às 9h, em frente ao Cinema São Luís, no centro da cidade, de onde os participantes sairiam em caminhada até o palácio do governo. “No Palácio, os trabalhadores irão entregar uma carta ao representante do governo do Estado, ratificando a necessidade de combate à pandemia do novo coronavírus, responsabilizando o governo Bolsonaro pela tragédia, que já causou a morte de mais de 295 mil pessoas, declarando apoio ao impeachment do presidente, e cobrando um lockdown maior e mais rígido em Pernambuco”. Se a proposta já estava a anos-luz do que o momento exige como resposta, a execução foi o símbolo mais fiel da conduta irresponsável das burocracias na pandemia.

Os burocratas só começaram a chegar após as 9h30min da manhã; alguns, como o da Conlutas só chegaram mais próximo das 10h. Cada um deu sua desculpa para o fracasso do ato, ou melhor, o não-ato. O dirigente da CUT responsabilizou a chuva. O representante da Intersindical (PSOL) disse que o combinado era ir apenas um de cada entidade, para não aglomerar, e para atender ao número de pessoas combinado com o governo para entregar a carta. O fato é que havia dois representantes da CUT, um da UGT, um do SINTEPE, um da Conlutas, acompanhados de uma pessoa de base, e um da Ação Petista. Nem todos os signatários da convocatória estiveram presentes. Os dirigentes tiraram suas fotos, até mesmo de punho em riste, fizeram suas transmissões para as redes exaltando o “dia nacional de lutas”.

As Centrais que dirigem sindicatos que estão na ativa, mesmo sob a pandemia, como rodoviários, operários das indústrias, Correios, bancários, construção civil, dentre outras, não fizeram NADA para parar estas categorias. Repetem o apelo ao “fique em casa” e a encenação com os governadores. Os rodoviários fizeram uma panfletagem em um terminal, pela manhã, propagandeando o projeto de vereadores do PSOL, de vacinação prioritária para a categoria.

O POR esteve presente no local em que o ato deveria ocorrer, com a Carta do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida, boletim Nossa Classe, jornal Massas, e outros materiais. Porém, o terreno para difusão de nossas ideias estava mais árido do que nunca. Além disso, com o comércio fechado, nem havia circulação de pessoas nos arredores.

O isolamento social conduzido pela burguesia não protege todos, separa os protegidos e os expostos. Não garante as condições para que o isolamento não seja pago com a fome dos informais, que ganham o pão a cada dia. As cenas da repressão a ambulantes nos últimos dias mostram bem a face burguesa desta medida. Ante o agravamento da pandemia e da crise econômica, no momento em que mais de 300 mil perderam a vida no Brasil, milhões perderam os empregos e as massas arcam com todo o peso das crises combinadas, mantemos alta a bandeira da independência de classe, da retomada dos métodos próprios da classe operária para defender a vida, os empregos e direitos dos explorados. Por vacinação para todos, começando pelos mais pobres e miseráveis. Basta das farsas das assembleias e atos virtuais.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ABAIXO O ESTADO POLICIAL!

Nesta quinta-feira (25/03), em Brasília/DF, o ativista e militante do PSOL, Thiago Ávila, foi alvo de mais uma ação arbitrária do Estado policial, enquanto denunciava a ação de despejo de uma ocupação de famílias sem-teto. Em plena pandemia e decreto de lockdown, e mesmo com uma liminar da justiça, que proibia a ação de desocupação, o governo Ibaneis Rocha (MDB) autorizou a ação policial, que destruiu todos os barracos, e a escolinha voluntária da ocupação, deixando as famílias à própria sorte.

Foi nesse contexto que o Subsecretário de Operações do DF Legal, Alexandre Bittencourt, deu voz de prisão ao militante, alegando “obstrução, calúnia, desacato e difamação”. A ação arbitrária policial foi filmada pelo próprio Thiago, que denunciou como abuso de poder por parte do Subsecretário Bittencourt, que sequer tinha atribuição de dar voz de prisão.

Na delegacia, Thiago se recusou a assinar qualquer tipo de documento que dissesse que ele havia cometido alguma ilegalidade, e logo em seguida foi liberado, sendo apoiado fora da delegacia

por um grupo de apoiadores.

Essa arbitrariedade sofrida por Thiago Ávila é mais um exemplo do avanço do Estado policial, que se tem intensificado nos últimos meses. Outro exemplo é o do militante do PT, Rodrigo Pilha, que permanece preso, desde 18 de março, por ter estendido uma faixa com a mensagem “Bolsonaro Genocida”. Somam-se outras arbitrariedades, como a prisão do jovem João Reginaldo Silva (Uberlândia), com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), e a intimação do ex-reitor da UFPel, Pedro Hallal, por críticas contra a intervenção do governo federal na universidade.

O Partido Operário Revolucionário manifesta solidariedade ao militante do PSOL Thiago Ávila, contra mais essa manifestação do avanço da repressão contra os lutadores!

***Abaixo a Lei de Segurança Nacional e o Estado Policial!
Toda solidariedade aos lutadores perseguidos!
Pela libertação imediata dos presos políticos!***

USP / Direções do DCE e centros acadêmicos da USP sustentam o EAD e o corporativismo

Em 20 de março, foi realizado o segundo Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) da USP no ano de 2021. O evento foi realizado de forma virtual, e restrito aos membros das direções dos centros acadêmicos e DCE. No conselho, foi discutida a recepção dos calouros em 2021, a manutenção do EAD e a conjuntura nacional.

As direções de todas as 62 entidades presentes aprovaram, por consenso, a reivindicação de que “a Reitoria garanta o acesso à internet e computadores aos ingressantes de 2021”, viabilizando o ensino a distância. Também aprovaram, por consenso, que os representantes discentes, atuando por meio dos fóruns da burocracia universitária, levariam adiante essa reivindicação, com a defesa de que “haja a proibição da realização de atividades de ensino obrigatórias para ingressantes, enquanto não for distribuída a primeira leva de modems e computadores”.

Em relação aos “atos virtuais”, convocados pelas centrais sindicais e UNE, ao fim de março, as direções estudantis, em

nenhum momento, criticaram o caráter passivo e inócuo de um ato virtual. Na verdade, 49 das entidades presentes, incluindo o DCE (dirigido pelo PT e PCdoB), foram além, buscando manter uma posição corporativista e passiva, se manifestando contra a defesa da unificação dos atos envolvendo o movimento estudantil e o movimento sindical, e de “apenas incorporação virtual aos atos”.

Em suma, as direções estudantis acataram a imposição da reitoria, de manutenção das aulas à distância por mais um ano. Assim, a crítica formal que algumas direções estudantis fazem ao EAD (sem considerar aquelas que abertamente defendem esse método) se mostra hipócrita, na medida em que, no campo prático, não demonstram oposição de princípio ao método, somente se limitam a reivindicar medidas para “viabilizá-lo”, ou “atenuar” seus impactos. Paralelamente, as direções assumem uma linha política oposta à democracia estudantil, e buscam atuar exclusivamente por meio dos fóruns bu-

rocráticos da universidade, e às costas do movimento. Na medida em que acataram integralmente a política burguesa de isolamento social, são incapazes de conceber qualquer ação presencial. As direções burocráticas, vendo as organizações sindicais, estudantis e populares como meros aparatos, não se colocam para unificar o movimento estudantil e sindical, ainda que sirvam de direção para ambos.

A política passiva, corporativista e conciliadora das direções estudantis é expressão da crise geral de direção do proletariado e maioria oprimida. Para sair vitorioso na luta contra o EAD e o desmonte das universidades públicas, o movimento estudantil deve superar o imobilismo de suas direções, partindo da defesa da retomada das assembleias presenciais, e da unidade entre o movimento estudantil e a classe operária e demais oprimidos, combinando reivindicações comuns, tais como as que envolvem a defesa da manutenção dos empregos e contra as reduções salariais, e que vinculem o ensino à produção social.

Ceará – Universidade Federal (UFC) / Dois semestres de EaD resulta em grande número de evasão

O ensino a distância tem sido intensificado durante a pandemia. Essa excrescência do capitalismo tem se alicerçado por meio da legislação, como o decreto 9.057/2017 de Temer, portarias do MEC, etc. Inicialmente, muito criticado pelo movimento estudantil, porém, sem se refletir em lutas, como as assembleias e atos.

Os limitados atos virtuais e mobilizações jurídicas não expressaram nenhuma vitória. Esse método de luta se mostra ineficiente nas lutas da educação em geral e, mesmo assim, as direções sindicais e

estudantis (PT, PCdoB, PSOL, etc.) continuaram a defendê-los. Em vários países, atos massivos mostraram o caminho, como foi o caso do movimento Black Lives Matter, que evidenciou o descontentamento dos americanos contra a violência racial e a crise americana.

O EaD elevou a separação entre teoria e prática, algo já presente no ensino presencial, porém, agora em maior patamar. A quantidade de trancamentos (parciais ou gerais) que, em (2020.1), foi de 2.154, de um total de 30.154 matriculados, corresponden-

do a 7,1%, inevitavelmente tende a aumentar, após o término de (2020.2), mostrando a incompatibilidade dos estudantes continuarem seus estudos. Paralelamente ao corte gastos com funcionários, professores e infraestrutura, se soma o fato dos estudantes receberem internet de péssima qualidade.

Outra grave denúncia trata-se do auxílio alimentação, que diminuiu momentaneamente, de R\$ 570,36, para R\$ 434,56, em novembro, quando houve alta da inflação. Trata-se de um auxílio de fome! Essa diminuição foi justificada pela PRAE, alegando que os dias sem atividades acadêmicas – como o recesso de fim de ano – justificavam a diminuição do recurso. Ora, então um pequeno auxílio, que foi dado a alguns estudantes, que na pandemia passaram por diversas dificuldades, deveria sofrer um corte, especialmente em período de recesso de atividades acadêmicas, significa para a PRAE que “a fome não existia e tampouco a carga de trabalhos, leituras, etc.”? Não! Esse corte nada mais expressa

Pernambuco / Reitoria da UFPE reafirma submissão a Bolsonaro com ato de censura

No dia 19 de março, o diretor do NTVRU (Núcleo de TVs e Rádios Universitárias) da UFPE, professor Marco Mondaini, entregou seu cargo, denunciando a reitoria por censura. Uma peça informativa mostrava a escalada da pandemia por meio de manchetes de jornais, em uma das manchetes, lia-se “Bolsonaro diz que lockdown ‘não dá certo’ e volta a criticar governadores”. Segundo Mondaini, a reitoria pediu a retirada deste trecho. O professor mencionou outras práticas de censura nas comunicações institucionais, em que atividades acadêmicas ligadas à conjuntura política não eram divulgadas, ou o pedido do reitor para enquadrar a equipe do programa de rádio “Fora da curva”.

Após a divulgação do caso, a peça foi mantida na íntegra, e a reitoria emitiu uma nota acovardada, em que justificava que a comunicação institucional deveria evitar a gramática da polarização. Além de responsabilizar o ex-diretor pela falta de diálogo. A censura ocorreu no mesmo momento em que a professora Érika Suruagy, da ADUFERPE, foi chamada à polícia federal para se explicar sobre outdoors críticos a Bolsonaro, e que o ex-reitor da UFPEL também foi constrangido, por chamar Bolsonaro de genocida. Na UFPE, a reitoria vassala já faz o policiamento ideológico, nem precisa de intervenção externa.

O reitor Alfredo Macedo Gomes expressou o PT na disputa, deu continuidade à reitoria de Anísio Brasileiro, também alinhado ao PT. Ambos, porém, são exemplos de profunda submissão a qualquer governo de turno. Anísio, a serviço do governo golpista de Temer e do reacionário Ministro da Educação Mendonça Filho, perseguiu e puniu exemplarmente estudantes que ocuparam a UFPE, em 2016, contra a PEC do teto dos gastos. Além disso, criou um campus em Goiana, nos moldes da política educacional de Temer, sem humanidades, vinculado à indústria automotiva e química da região, prestando um serviço às pretensões eleitorais de Mendonça Filho.

Universidades

do que o intuito do Estado em cortar gastos em todas as esferas, o que a burocracia universitária segue à risca.

Diante desta situação, as direções do movimento estudantil, (CAs e DCE), mesmo após essa situação com o aumento da evasão, praticamente não mobilizou, sequer online, o que expressa uma capitulação frente ao famigerado EAD, no momento mais importante para os estudantes, deixando os mesmos à mercê da burocracia universitária (interventor Cândido Albuquerque e Cia.).

Estamos propondo ao conjunto dos estudantes, desde o início da pandemia, que é preciso convocar assembleias presenciais, e aprovar a luta dos estudantes contra o EaD e contra todas medidas impostas pela burocracia universitária. Levantemos as bandeiras: Por plenárias de cursos e assembleias presenciais! Que os próprios estudantes deliberem sobre o caminho que tomará a Universidade! Defesa da universidade pública! Abaixo o interventor Candido Albuquerque!

Quando Alfredo foi o mais votado na consulta paritária para a reitoria, a UFPE vivia os cortes orçamentários de 2019. O futuro reitor nem se manifestava. A assembleia universitária da UFPE aprovou a campanha pela posse do novo reitor, como resposta ao crescente intervencionismo bolsonarista, mas a equipe de Alfredo estava segura de que a posse ocorreria, pois, estavam amparados pela articulação de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), oligarca que é o líder de Bolsonaro no Senado. Na UFPE, portanto, Bolsonaro não precisou de um interventor, pois Alfredo se dispôs a cumprir sua agenda privatista. Mesmo sem “Future-se”, a reitoria tem ampliado em larga escala a linha da “inovação e empreendedorismo”, como forma de ter arrecadações próprias por meio da submissão ao setor privado.

Confirma-se que a burocracia universitária não expressa a comunidade universitária, mas, sim, é o canal das pressões da burguesia e seu Estado no interior da universidade. Repudiamos a censura pró-Bolsonaro de Alfredo, e chamamos a comunidade universitária a retomar seus métodos de luta. Sob a pandemia, as decisões estão cada vez mais concentradas na burocracia universitária, com o reforçamento do autoritarismo e privatismo, sobretudo por meio da expansão do ensino a distância (EaD). O setor mais dinâmico da universidade (os estudantes) está anulado, preso ao EaD, e carente de uma direção classista. É preciso retomar as lutas presenciais de estudantes, técnico-administrativos e docentes, convocar a assembleia geral universitária, para definir os rumos do movimento e da Universidade. Um governo universitário que expresse a comunidade precisa ser composto pelas três categorias, subordinado à assembleia geral universitária, regida pelo voto universal. Trata-se de uma bandeira importante, capaz de ligar o movimento universitário às lutas dos demais trabalhadores e ao programa proletário para a Universidade e o país.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

57 anos do golpe militar

Abaixo o governo militarista de Bolsonaro! Por um governo operário e camponês! Lutemos pela conquista da independência de classe do proletariado e demais explorados!

31 de março de 2021



Em 1985, concluiu o ciclo da ditadura militar, iniciado em 31 de março de 1964. Em outubro de 2018, foi eleito o ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro. A particularidade dessa candidatura está em que encarnava as heranças do golpe militar. Até então, os presidentes da República se apoiavam na denominada abertura política e na reconstitucionalização do País. Havia um pacto formal de não se reivindicar o golpe de 1964 e, consequentemente, os governos militares. Sobre esse pacto, pairava a Constituinte de 1987 e a Constituição de 1988.

O primeiro presidente da República, pós ditadura, foi eleito indiretamente, por meio de um colégio eleitoral, determinado pelo general Figueiredo e pelo partido Arena, principal esteio político da ditadura. O MDB, como partido opositor, no quadro do sistema bipartidário, montado pelo governo do general Castelo Branco, pelo Ato Institucional nº 2, acabou assumindo a primeira presidência, que realizou a transição da ditadura para a primeira eleição direta à presidência, em 1989. É bom lembrar que o movimento democrático-burguês pela bandeira das “eleições diretas já” morreu entre as quatro paredes do Congresso Nacional, controlado pela ditadura e seu partido, Arena. De forma que a ditadura, já esgotada, ainda teve força para determinar como seria seu fim, cuja fórmula de “abertura lenta, gradual e segura” havia sido prescrita pelo governo do general Ernesto Geisel.

A lei da anistia, de 1979, garantiu que a “abertura” fosse “segura”. Sua função foi a de manter à sombra os crimes da ditadura e a inviolabilidade dos seus agentes, que torturaram, assassinaram, desapareceram com presos políticos, e destruíram documentações. Em 2012, foi montada, pelo governo de Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade. Concluiu, dois anos depois, sem punir os torturadores, assassinos e ocul-

É bom lembrar que o movimento democrático-burguês pela bandeira das “eleições diretas já” morreu entre as quatro paredes do Congresso Nacional, controlado pela ditadura e seu partido, Arena. De forma que a ditadura, já esgotada, ainda teve força para determinar como seria seu fim, cuja fórmula de “abertura lenta, gradual e segura” havia sido prescrita pelo governo do general Ernesto Geisel.

tadores de corpos. O processo mais representativo, que resultou da Comissão Nacional da Verdade, foi o do ex-chefe do DOI-CODI, general Carlos Alberto Brilhante Ulstra. De nada adiantou a sua condenação em 2ª instância. As pressões das Forças Armadas, da polícia e dos parlamentares da direita e da ultradireita jogaram por terra a única condenação, que poderia livrar a Comissão Nacional da Verdade do completo fracasso.

Ocorre que as Forças Armadas e o aparato policial são criaturas da burguesia, voltadas a proteger a propriedade privada dos meios de produção e conter a luta de classes, quando não a esmagar, como se passou com o golpe de 1964. Basta ver os exemplos do Chile e da Argentina, países em que os golpes militares e a ditadura incorporaram de maneira plena as leis históricas da contrarrevolução sangrenta.

Temos a certeza de que o governo de Lula se livrou do impeachment, não apenas devido ao impulso econômico favorável, mas também por não ter criado a Comissão Nacional da Verdade. Dilma se viu diante da derrocada econômica e se indispôs com os militares, ao acreditar que poderia conduzir o País à “reconciliação”, ajustando contas com os torturadores e

assassinos do regime militar. O fracasso da Comissão Nacional da Verdade fortaleceu o movimento da direita e da ultradireita. É nessas condições que o deputado Jair Bolsonaro se destacou, como porta-voz e galvanizador da defesa do golpe militar de 1964, da ideologia ultradireitista e, inclusive, do método da tortura.

O golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff, na metade de seu segundo mandato, refletiu o fortalecimento das tendências ultradireitistas, que aproveitaram os impasses da política do reformismo e da sua impotência, diante do cerco burguês ao seu governo. Fortalecimento esse que se apoiou e se apoia em amplos setores da classe média. O impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, demonstrou que se tratava de um recurso para solucionar as profundas crises de governabilidade, sem correr o risco dos explorados tomarem em suas próprias mãos a tarefa de derrubar o governo burguês. As diferenças entre Dilma e Collor não eliminam o fundamental, de que o parlamento se encarrega da destituição do governo eleito, contando, para isso, com o consentimento do Judiciário e das Forças Armadas. Trata-se de um golpe institucional, que cassa o voto da maioria que elegeu o presidente, sem que seja necessário esmagar um movimento de resistência das massas. Em sua base social, encontra-se a classe média. Distingue-se da forma do golpe militar, que elimina as instituições da democracia burguesa e as substitui por instituições próprias da ditadura.

Como parte dessa transformação político-institucional, é imperativo do golpe militar a intervenção nos sindicatos, prisões, torturas, assassinatos e implantação de interventores, cuja extensão da violência contrarrevolucionária depende da resistência da classe operária e da profundidade da crise instalada no poder da burguesia. O golpe de Estado institucional (impeachment) oculta seu caráter de golpe, por se apoiar na legalidade (Constituição), e não necessitar, essencialmente, da violência contrarrevolucionária. No entanto, para isso, é necessário que a classe operária e demais explorados estejam controlados pela política de conciliação de classes. Esse é o papel das direções sindicais burocratizadas e submetidas aos partidos parlamentares. É o que explica a passividade dos explorados, diante do golpe que derrubou o governo do PT. De forma que o poder continua a ser administrado por civis e pelos partidos da ordem, entre eles, o partido que sofreu o golpe e os seus aliados, que passam a cumprir o papel de oposição. Há que se observar que as Forças Armadas não permanecem alheias ao processo do impeachment. O lugar de Dilma foi ocupado pelo seu vice, Michel Temer, que se encarregou de completar o mandato, na forma de uma transição. Por não ter sido eleito, e fazer parte do movimento golpista, caracterizou-se por uma ditadura civil. Passou a governar sob o mandato do impeachment. A condição de governo preposto abriu caminho para os generais recuperarem a influência direta sobre a governabilidade, e imporem a reconstituição dos organismos de informação (polícia política), criados pela ditadura militar. É necessário observar que nenhum governo da “redemocratização” se atreveu a re-

vogar a Lei de Segurança Nacional, da ditadura militar.

A eleição de Bolsonaro se deveu, fundamentalmente, ao golpe de Estado, do qual fez parte a Operação Lava Jato, que inicialmente teve por objetivo fornecer munição política ao movimento do impeachment, e desmontar o PT. É sintomático que, por trás do ex-capitão e parlamentar Bolsonaro, que se destacou por defender a ditadura, se enfileirassem militares e policiais. A ditadura civil de Temer facilitou o retorno dos generais à política; e o governo de Bolsonaro se estruturou como um governo abertamente militarista. Os generais passaram a ocupar cargos de direção, e a comandar, em última instância, a política geral de Bolsonaro. O alto comando das Forças Armadas chegou a ameaçar o Supremo Tribunal Federal, em 2018, para que o ministro Edson Fachin não acatasse o habeas-corpus impetrado pelos advogados de Lula, com o claro objetivo de manter a cassação dos direitos políticos do ex-presidente. A revelação do complô do juiz federal Sérgio Moro com os procuradores obrigou o STF a anular a cassação dos direitos políticos de Lula. Esse fato também demonstra que houve um golpe dentro do golpe do impeachment. O restabelecimento dos direitos políticos de Lula se deu nas condições de crescente isolamento do governo Bolsonaro, por importantes setores do grande capital, e pela queda de apoio entre as massas que o elegeram. É um indicador seguro de que a crise política fortaleceu as tendências centrífugas no Estado, ampliando as dissensões entre as suas instituições.

Na presente crise, potenciada pela pandemia, o ministério da Saúde foi parar nas mãos de um general da ativa, Eduardo Pazuello, que acabou de cair, ameaçado pela convocação de uma CPI, para apurar sua responsabilidade, diante da ausência de medidas de combate às contaminações e mortes. Houve o estrondoso caso da renúncia de Sérgio Moro, do ministério da Justiça, mas o recente caso de Pazuello é emblemático,

por ser um general que continua respondendo perante as Forças Armadas, e não às demais instituições.

Os 57 anos do golpe militar ocorrem no momento em que o governo militarista de Bolsonaro afunda. E a burguesia necessita encontrar uma via de sua substituição, sendo a mais provável a eleição de 2022. A bandeira do impeachment não tem como se materializar, sem que os militares se afastem do governo, e o grande capital necessite abreviar o seu mandato. O fato decisivo, no entanto, que decide sobre a sorte de Bolsonaro, são as massas em luta, sob a direção da classe operária. Ocorre que os explorados vêm sendo golpeados, desde a crise de 2015-2016, sem conseguirem romper a camisa de força da política de colaboração de classes da burocracia sindical, vinculada aos partidos parlamentares, entre eles, o mais importante, o PT. A burguesia passou a considerar a candidatura de Lula, como uma das variáveis da crise política, embora não fosse desejada, para canalizar às eleições uma possível revolta dos oprimidos, e dar um novo formato à política de colaboração de classes, que vem imperando há décadas, e que assumiu uma feição particular no quadro da pandemia. As correntes de esquerda, que já começaram a se alinhar por detrás de Lula, se

Os 57 anos do golpe militar ocorrem no momento em que o governo militarista de Bolsonaro afunda. E a burguesia necessita encontrar uma via de sua substituição, sendo a mais provável a eleição de 2022.

mostram subservientes à política de colaboração de classes, e se distanciam da tarefa de lutar pela independência política do proletariado e da maioria oprimida. A experiência demonstrou que o PT teve o poder nas mãos e não foi capaz de abrir caminho para os explorados ajustarem contas com o golpe de 1964 e os crimes da ditadura, o que implicava se chocar com as Forças Armadas, braço de sustentação da ditadura de classe da burguesia, seja no regime democrático, seja no regime ditatorial.

Bolsonaro procurou constituir um governo do tipo bonapartista, que governasse por cima das instituições do Estado, centralizasse ditatorialmente a política a ser desenvolvida, e sufocasse as organizações sindicais e populares. Essa era a função dos militares no governo e o objetivo da reabilitação histórica do golpe de 1964. A continuidade da crise econômica inviabilizou o governo bonapartista, embora conservasse alguns de seus traços. A ampliação e o aprofundamento da crise com a pandemia enfraqueceram sua capacidade de desenvolver as tendências ditatoriais e fascizantes. As constantes ameaças de golpe não têm encontrado eco no grande capital. O que não impede deste ou aquele militar da reserva expressar seus desejos de retorno a 1964, e dos governos do tipo Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Esses desejos somente poderão tomar uma forma concreta, no caso de as massas se levantarem contra o governo de Bolsonaro, que comparece como o grande responsável pelo flagelo provocado pela pandemia.

Ao contrário de se depositar confiança nesta ou naquela candidatura para 2022, trata-se de lutar pela independência política das organizações operárias, que se acham envolvidas pela política de colaboração de classes de suas direções. As sucessivas traições que a classe operária vem sofrendo – o caso mais recente é o do fechamento da Ford –, a impediram de utilizar toda a sua força social para defender os empregos e derrotar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. O governo militarista continua de pé, não apenas pela vontade dos generais, de uma fração capitalista e de setores da classe média, mas fundamentalmente pela política de colaboração de classes desenvolvida pelas direções burocráticas.

A adesão dessas forças políticas, que controlam as organizações operárias e populares, à política burguesa do isolamento social, levou ao total desarme ideológico, político e organizativo dos explorados. Aí se encontra o fator de sustentação, em última instância, do governo que bloqueou as medidas recomendadas pelo próprio organismo do imperialismo, que é a Organização Mundial da Saúde (OMS), abraçada por uma parcela de governadores, tendo à frente Doria.

Distamos 57 anos do golpe militar de 1964, e 36 anos do res-

tabelecimento do regime constitucional. O governo Bolsonaro é a expressão máxima, até agora, dos retrocessos das conquistas democráticas, sindicais e trabalhistas dos explorados. Foi possível à burguesia e seus governos imporem esses enormes retrocessos, devido à política de conciliação de classes, que alcançou uma extraordinária dimensão, com o aburguesamento do PT e a degeneração burocrática das direções sindicais e populares. A bandeira que se opõe ao golpe de 1964 e à incapacidade da democracia burguesa de ajustar contas com a ditadura militar é a da independência de classe do proletariado e da maioria oprimida. Nada de procurar uma solução para a crise do governo Bolsonaro, pelas vias da política burguesa. A bandeira que se opõe ao golpe militar é de “Abaixo Bolsonaro, por um governo operário e camponês”.

A tarefa determinada pela situação é a de retomar a luta organizada das massas, com seus próprios métodos e sua própria democracia, por um programa de emergência, contraposto ao conjunto de medidas, promovidas pelos governantes e capitalistas, diante da pandemia, que assola o país, e vitima massivamente os pobres e miseráveis.

Que as centrais, sindicatos e movimentos populares rompam com a inércia. Que convoquem uma primeira manifestação nacional em defesa dos empregos, salários, saúde pública e vacinação universal, a começar pelos bairros populares, pelas favelas, pelos cortiços e pelos locais de trabalho. Que convoquem as assembleias, para organizar o movimento, constituindo comitês de vigilância e defesa do plano de emergência próprio dos explorados. Que se constituam uma frente única classista, capaz de mobilizar e organizar as forças operárias e populares no campo da independência de classe, e da luta pelo poder próprio do proletariado.

Lutemos para varrer os golpes militares e institucionais, com o programa da revolução e ditadura proletária; com os objetivos socialistas de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e de superar historicamente a sociedade de classes.

***Abaixo os golpes militares e institucionais!
Abaixo o governo militarista e fascizante
de Bolsonaro!***

***Por um governo operário e camponês!
Pela organização e luta independente
dos explorados!***

***Construir o Partido Operário Revolucionário,
como parte da reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional.***

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

150 anos da Comuna de Paris

Damos continuidade à campanha de defesa da Comuna de Paris.

Abaixo apresentamos uma síntese da obra “A guerra civil na França”, de Marx.

Conclusões de Marx sobre a Comuna de Paris

Apenas alguns dias após os episódios sangrentos da Comuna, em 30 de maio de 1871, Marx apresentava ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a sua penetrante análise dos fatos, intitulada “A guerra civil na França – mensagem do Conselho Geral da AIT”. A brochura, dividida em 4 capítulos, foi amplamente divulgada em 1872, traduzida para vários idiomas. Em 1891, por ocasião do aniversário de 20 anos da Comuna (oito anos após a morte de Marx), Friedrich Engels decidiu agregar “Da guerra civil” às duas primeiras mensagens de Marx à AIT, sobre a guerra franco-prussiana de 1870. O conjunto destes escritos, que passou a contar também com uma magnífica introdução de Engels, estão hoje à disposição da vanguarda militante de todos os países. Neles, é possível vislumbrar com que profundidade Marx tratou de explicar o significado transcendental da Comuna, assim como expor, em traços vigorosos, suas principais conclusões acerca deste fulgurante acontecimento. Vejamos algumas delas.

A Comuna mostrou que os interesses “nacionais” da burguesia não passam da hipócrita defesa de seus interesses de classe

Com a queda da monarquia de Luís Bonaparte, fechou-se o cerco do exército prussiano à França. Os operários que tomaram desesperadamente a causa da defesa de Paris, contra a vontade do novo governo republicano, se tornaram uma ameaça. O Governo queria a rendição; os operários, a luta. Para Marx, Paris armada era de fato a revolução armada. A vitória militar da Paris sitiada, ou, antes, da sua Guarda Nacional, composta de operários, significaria a vitória dos trabalhadores, não apenas sobre o invasor prussiano, mas sobretudo sobre o governo capitalista de Thiers. Diante do conflito entre o dever nacional (a defesa da França) e os interesses de classe (salvaguardar a propriedade privada), a burguesia não perdeu tempo em preparar a capitulação, conquanto significasse a preservação de suas posses, bens e fontes de riqueza. Sob a bandeira de “o governo de salvação nacional jamais capitulará”, preparou-se a capitulação mais desonrosa e abjeta. Os adversários externos, França e Prússia, fecharam um acordo, e selaram uma aliança para esmagar a Comuna. O que desmascarou a fanfarronice e o palavreado patriótico da burguesia. Provou que as rivalidades nacionais terminam onde a ameaça à propriedade privada começa.

A Comuna revelou a podridão da classe burguesa, sua vilania, desonra e vigarice

A começar por Adolphe Thiers, estigmatizado por Marx como o “gnomo monstruoso” o governo da república, proclamada em 4 de setembro, não era senão o clube dos escroques mais asquerosos, larâpios e vigaristas da pior espécie. Os “rurais”, deputados latifundiários, aristocracia, legitimistas, orleanistas e bonapartistas, com seus ministros inescrupulosos, ansiavam pela antiga

ordem de pilhagens do erário, de ostentações e vida boêmia, às custas dos assalariados, dos escravos modernos. Conta-se que, na fuga da canalha burguesa para Versalhes, até os ladrões comuns a acompanharam, por saberem que não teriam lugar na Paris revolucionária. A Comuna, apoderando-se dos muitos documentos e papéis deixados para trás, na pressa da fuga, publicou-os, mostrando a orgia sem fim de suas inomináveis falcatuas.

No momento de enviar plenipotenciários a Frankfurt, como exigia Bismarck, em ultimado a Thiers, para realizar a assinatura da paz infame, Jules Favre não mediu esforços em se apresentar como o mais humilde laçao a acatar todas as condições de Berlim. Nenhuma manifestação de orgulho próprio, de honradez e altitude. Todo o contrário do manifestado contra a Comuna: ódio cego, fúria assassina, bestialidade selvagem, lançando a “soldadeca mercenária” para exterminar os *communards*. A Comuna, ainda que em minoria, lutou bravamente até a última barricada. Ao perecer, caiu com toda a dignidade e nobreza dos que não se vendem nem se corrompem; dos que, ao contrário, desafiam a depravada sociedade burguesa, com a bandeira vermelha nas mãos, proclamando a emancipação de toda humanidade.

A indulgência da Comuna foi amplamente aproveitada por seus inimigos

Os soldados que aderiram à Comuna e fuzilaram os generais Lacomte e Clément Thomas agiram com toda presteza e determinação. Esta determinação faltou à Comuna, cometendo o erro de deixar ir embora o ‘governo de defesa nacional’, sem prender um único ministro! Até mesmo os ‘*sergent de ville*’ (polícia) “que deviam ser desarmados e presos”, segundo Marx, puderam ir embora tranquilamente para Versalhes, apenas para mais tarde unirem-se à contrarrevolução. Monarquistas e reacionários tiveram até liberdade de manifestação em Paris, sendo suprimidos apenas quando recorreram à ação armada, que resultou na morte de dois combatentes da Guarda Nacional, e alguns feridos. A tomada de reféns só muito tempo depois foi realizada pela Comuna, enquanto Versalhes recorreu a eles desde o princípio, e os fez acompanhar do fuzilamento dos prisioneiros, que lhe caíam em mãos; recurso que a Comuna só aplicou em seus últimos dias de vida. Marx menciona que um dos mais graves erros da Comuna foi não ter marchado contra Versalhes, quando esta ainda se encontrava desarmada, pondo fim às conspirações do Mirabeau-Mosca, Thiers. O preço de sua magnanimidade foi a maior carnificina operária da história da França. O próprio Flourens, prisioneiro de Versalhes, pagou com a vida o seu erro de conciliar com a grande burguesia na tentativa de tomada do poder, em 31 de outubro de 1870. A ausência de August Blanqui em Paris (preso com Flourens, desde os episódios de 1870, e ameaçado constantemente de fuzilamento), de alguma maneira, contribuiu com a falta de uma firme direção da revolução. Não casualmente, denunciava Marx, o governo de Thiers se recusava a libertá-lo na oferta de troca de reféns com o

Cardeal Darboy, por saber que, se o fizesse, “daria uma cabeça à Comuna”.

A Comuna mostrou que a ditadura do proletariado é o regime de transição à sociedade sem classes

A Comuna, como expressão política de emancipação dos explorados, ergueu um Estado novo, proletário, sob os escombros do velho aparato estatal burguês, demolido pelos golpes da revolução. A ditadura do proletariado, finalmente revelada em suas formas concretas, mostrou que os oprimidos não necessitam, nem de destacamento de homens armados separados do povo, nem da pesada burocracia de Estado para governar. A Comuna fundiu o Executivo e o Legislativo, e elegeu representantes dos explorados nos bairros pobres, sob o princípio de revogabilidade de mandato. Segundo Marx, no esboço de organização nacional, que a Comuna não teve tempo de desenvolver, “consta claramente que a Comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias”. Cada localidade e cidade deveria se autoadministrar, “por meio de uma assembleia de delegados”. A unidade da nação não perderia nada com isso, mas alcançaria, pela primeira vez, uma unidade democrática real, nem burocrática nem autoritária. A ditadura proletária criou as premissas para a supressão completa do Estado, e a restituição à sociedade civil das funções, hoje monopolizadas por um corpo de tecnocratas e políticos da classe dominante. O domínio político do proletariado, apoiado no povo armado, para se completar, teria de expropriar toda a burguesia, e estabelecer seu regime como uma necessária transição à sociedade sem classes, o comunismo.

A Comuna deu os primeiros passos para uma economia planificada

As condições econômicas de uma cidade sitiada, e sem quaisquer meios financeiros à disposição, impuseram à Comuna apenas medidas compatíveis com sua situação. Ainda assim, não foram poucas as incursões do governo, disciplinando a economia, o funcionamento das fábricas, e proibindo abusos dos patrões. A Comuna estabeleceu uma nova regulamentação do trabalho, ainda que não tivesse expropriado de forma geral a grande burguesia em seu perímetro de dominação. A entrega às organizações operárias de todas as oficinas e fábricas abandonadas pelos capitalistas, certamente, impôs os primeiros elementos, ou mesmo a primeira experiência de controle e gestão operária da produção. “Com o trabalho emancipado”, dizia Marx, “todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”. A Comuna criava as condições econômicas para a transição ao comunismo. Os meios de produção (terra, fábricas, indústrias e comércio), arrancados das mãos da burguesia, deixam já de ser capital, “meio de escravização e exploração do trabalho”, para se tornarem “simples instrumentos de trabalho livre e associado”. Eis as condições fundamentais para libertação do homem de suas próprias relações econômicas, que agem como forças cegas que o dominam e o oprimem.

A Comuna revelou a importância histórica da aliança operária com a pequena burguesia e o campesinato

Em 1848, a pequena burguesia de Paris (lojistas, artesão, pequenos produtores), combatendo contra o proletariado, foi uma das responsáveis pela derrota da insurreição de junho. Imediatamente, lembra Marx, ela foi “sacrificada sem cerimônia aos seus credos

res”, no altar da reacionária Assembleia Constituinte. Anos de experiências, decepções e sacrifícios levaram, finalmente, a pequena burguesia urbana de Paris para o lado dos operários. A guerra a empurrou a esse caminho, e a Comuna a obrigou a escolher: libertação com o proletariado, ou a velha humilhação sob o Império. Ela escolheu a primeira. Este fato, que não tem nada de insignificante, revelou, contudo, duas grandes lições: 1) o proletariado, para chegar ao poder, necessita colocar-se à cabeça da maioria oprimida, isto é, saber unir a ele a classe média citadina e os explorados do campo; 2) provou possuir todas as qualidades políticas e organizativas para atrair a pequena burguesia para seu lado.

Para Marx, o grito da Comuna aos camponeses “nossa vitória é a vossa única esperança!” indicava com acerto o significado de um governo operário para os camponeses, cansados de impostos, reparações, usurpação de suas conquistas de 1789, autoritarismos locais, atravessadores, coletores de impostos e outros “vampiros judiciais”. O governo barato da Comuna, tanto seria um alívio para suas rendas, como o libertaria “da tirania do guarda rural, do policial e do prefeito”. O camponês francês, que oscilou em várias direções, desde Luís Felipe (1830), até o Império de Napoleão III (1851), chegou à guerra franco-prussiana cada vez mais distante da aristocracia rural e seus estafetas da Assembleia Nacional de Thiers. “Os ‘rurais’”, dizia Marx, “sabiam que três meses de livre comunicação da Paris comunal com as provinciais desencadearia uma sublevação geral dos camponeses; daí sua ansiedade em estabelecer um bloqueio policial em torno de Paris”. As condições estritamente locais da sublevação operária, circunscritas à capital francesa, e o pouco tempo de que dispôs não permitiram forjar uma aliança operário-camponesa. Não havia dúvidas, todavia, de que era este o grande segredo (e, por isso mesmo, temido com horror pelos versalhenses) capaz de abrir as portas à vitória da Comuna por todo o território francês.

A Comuna indicou o caminho da fraternidade internacional dos trabalhadores

As notícias da Comuna foram seguidas com paixão pelos operários conscientes de todo mundo. A Paris cosmopolita, que abrigara durante décadas os refugiados políticos do mundo, agora como Comuna, dera a eles “a chance de morrer por uma causa imortal”. Desde seu nascimento, a Comuna proclamou como seu objetivo a libertação de todos os explorados. Ela se ergueu como a pátria internacional do trabalho, e fez da bandeira vermelha o seu estandarte, por representar, não qualquer aspiração nacional, mas unicamente o sangue derramado dos trabalhadores. A Comuna acolheu todos os filhos da classe operária, que vieram por ela lutar e compartilhar de sua sorte. Inúmeros estrangeiros tomaram parte em suas atividades, alguns assumindo cargos de extrema responsabilidade. A Comuna mostrou, dessa forma, que a luta contra a burguesia e seu regime despoja os trabalhadores de todo o mundo dos piores preconceitos nacionais, e os irmana em solidariedade internacional de classe. A Comuna, ainda que cercada e fadada a sucumbir, fez ecoar o poder irresistível de seu apelo, a força moral de suas ações, a ousadia dos que tomavam o céu de assalto, por toda a classe operária da Europa e da América do Norte. O proletariado mundial, contudo, apenas despertado em seus primeiros passos na independência de classe, não poderia vir em socorro da grande Comuna. As condições mesmas de sua derrota, porém, não deixaram dúvidas: não há lugar para a vitória dos trabalhadores, senão pela revolução proletária internacional.

150 anos da Comuna de Paris

Publicamos mais uma parte do capítulo III (A experiência da Comuna de Paris – 1871. Análise de Marx), do livro O Estado e a Revolução, de Lênin. No jornal Massas anterior, editamos as seguintes partes: “Onde reside o heroísmo da tentativa dos Comunardos” e “Com que substituir o aparato do Estado, uma vez destruído?”.

3. Abolição do Parlamento

A Comuna, escreveu Marx, devia ser, não um corpo parlamentar, mais sim um organismo ativo, ao mesmo tempo legislativo e executivo (...)

“(...) Em vez de decidir, uma vez a cada três ou seis anos que membros da classe dominante deveriam representar no parlamento e reprimir o povo, o sufrágio universal devia servir ao povo, organizado em comunas, da mesma maneira que o sufrágio individual serve a qualquer patrão para recrutar operários, inspetores e contabilistas para sua empresa”.

Graças ao predomínio do socialchauvismo e do oportunismo, essa notável crítica ao parlamentarismo, feita em 1871, também pertence agora às “páginas esquecidas” do marxismo. Ministros e parlamentares profissionais, renegados do proletariado, e socialistas “utilitaristas” contemporâneos, deixaram aos anarquistas a crítica do parlamentarismo, e classificaram de “anarquista” toda crítica do parlamentarismo! Não é, pois, de admirar que o proletariado dos países parlamentares “adiantados” – enojado dos “socialistas” do tipo de Scheidemann, David, Legien, Sembat, Renaudel, Henderson, Vandervelde, Stauning, Branting, Bissolati e Cia. – volte cada vez mais as suas simpatias para o anarcosindicalismo, muito embora seja este irmão do oportunismo.

Para Marx, no entanto, a dialética revolucionária nunca foi uma frase vazia da moda, o chocalho que dela fizeram Plekhanov, Kautsky e outros. Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo, pela impotência deste em utilizar-se até mesmo do “chiqueiro” do parlamentarismo burguês – principalmente quando a situação não é, de forma alguma, revolucionária –, mas, ao mesmo tempo, soube fazer uma crítica verdadeiramente revolucionária e proletária do parlamentarismo.

Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual membro da classe dominante irá oprimir e esmagar o povo no parlamento: eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas.

Entretanto, se se põe a questão do Estado, se se encara o parlamentarismo como uma das instituições do Estado, como sair do parlamentarismo, do ponto de vista das tarefas do proletariado nesse terreno? Como dispensá-lo?

Devemos repeti-lo ainda mais uma vez: os ensinamentos de Marx, baseados no estudo da Comuna, acham-se tão esquecidos, que o socialdemocrata de hoje (leia-se: o renegado de hoje do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo, que não seja a crítica anarquista ou reacionária.

O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e o princípio de eleição, mas sim transformar essas instituições representativas, de lugar de charlatanismo, em organismos “ativos”. *“A Comuna devia ser, não um corpo parlamentar, mas um organismo ativo, executivo e legislativo ao mesmo tempo”.*

“Não um corpo parlamentar, mas um organismo ativo”; nisso consiste um golpe direto nos atuais parlamentaristas e nos “ca-

chorrinhos de brinquedos”, que são os parlamentares da socialdemocracia! Observa-se que, em qualquer país de parlamentarismo, desde a América à Suíça, desde a França à Noruega, etc.: a verdadeira tarefa “governamental” é feita por detrás dos bastidores, e são os ministérios, as secretarias, os estados-maiores que a fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar, com o único intuito de enganar a “plebe”. Tanto isso é verdade que, mesmo na república burguesa democrática, todos esses pecados do parlamentarismo já se fazem sentir, antes mesmo que a república russa tenha conseguido criar um verdadeiro parlamento. Os heróis da pequena burguesia apodrecida, os Skobelev e Tseretelli, os Tchernov e Avksentiev, conseguiram gangrenar até os soviets, segundo o modelo do mais repugnante parlamentarismo burguês, fazendo deles recintos para a simples charlatanice. Nos soviets, os srs. ministros “socialistas” enganam os ingênuos aldeões com frases e resoluções. No governo, se dança constantemente, para que, de um lado, o maior número possível de socialistas revolucionários e mencheviques possam se aproximar, assim, da “torta”, dos lucrativos e honoríficos cargos, e, por outro lado, para “distrair a atenção” do povo. Enquanto isso, as chancelarias e os “Estados-maiores” se ocupam dos assuntos de “Estado”.

O Dielo Naroda, órgão do partido governante, do “socialistas revolucionários”, reconheceu recentemente, em um editorial – com a franqueza típica de gente da “boa sociedade”, na qual “todos” praticam a prostituição política – que até mesmo nos ministérios dirigidos pelos “socialistas” (com o perdão da palavra!), todo o aparelho burocrático continua sendo, na realidade, o mesmo, funciona como antes, e sabota com absoluta “liberdade” as medidas revolucionárias! Mas, mesmo sem esse reconhecimento, por acaso a história da participação dos socialistas revolucionários e dos mencheviques no governo não é a melhor prova disso? E o que é característico é que, ocupando os ministérios ao lado dos cadetes, os srs. Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redatores do Dielo Naroda chegam à imprudência de contar publicamente e, sem corar, como se fosse uma bagatela, que, nos seus ministérios, nada mudou! Fraseologia revolucionária-democrática para enganar os camponeses ingênuos, e a embromação burocrática para “satisfazer” os capitalistas: eis aí a essência da “honrada” coligação.

A Comuna substitui o parlamentarismo venal e putrefato da sociedade burguesa, por instituições nas quais a liberdade de opinião e discussão não provoca engano, pois, mesmo os parlamentares têm de trabalhar, têm de executar as suas próprias leis, têm de comprovar eles mesmos os resultados alcançados de fato, e responder diretamente aos seus eleitores. As instituições representativas são mantidas, mas já não há parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho entre o poder legislativo e executivo, como posição privilegiada para os deputados. Não podemos conceber a democracia, mesmo proletária, sem instituições representativas, mas podemos e devemos conceber a democracia

sem parlamentarismo, isso se a crítica da sociedade burguesa não é para nós apenas palavras, isso se o objetivo de derrotar a dominação da burguesia é para nós um objetivo sério sincero, e não uma simples frase “eleitoral”, para caçar votos dos votos dos operários, como acontece com os mencheviques e os socialistas revolucionários, e também com os Scheidemann e os Legien, os Sembat e os Vandervelde.

É muito instrutivo observar que Marx, ao falar das funções utilizadas na Comuna e na democracia proletária, compara os trabalhadores a “qualquer outro patrão”, isto é, uma empresa capitalista comum, com os seus “operários, inspetores e contabilistas”.

Não há a menor parcela de utopismo em Marx, pois, não inventa, nem imagina, uma “nova” sociedade. Não, Marx estudou como surge a nova sociedade da antiga, e formas de transição entre uma e outra, como um processo histórico natural. Baseia-se na experiência do movimento proletário, e esforça-se por tirar dela lições práticas. “Aprendeu” da Comuna, como todos os grandes pensadores revolucionários aprenderam, sem vacilar, da experiência dos grandes movimentos das classes oprimidas, e nunca lhes dirigiu pedantes sermões (ao estilo: “Não deviam empunhar as em armas!”, de Plekanov. Ou: “uma classe deve saber moderar-se” de Tsereteli).

Não se trata de abolir a burocracia de um golpe, totalmente e por toda parte. Isso é uma utopia. Mas destruir sem demora a velha máquina burocrática, e começar imediatamente a construir uma nova, que permita abolir gradualmente a burocracia, isso não é uma utopia, é a experiência da Comuna, é a tarefa direta e imediata do proletariado revolucionário.

O socialismo simplifica as funções da administração do “Estado”, permite abolir a “hierarquia”, reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante, que contratará, em nome de toda a sociedade, os “operários, inspetores e contabilistas”.

Não somos utópicos. Nunca “sonhamos” poder dispensar bruscamente, de um dia para o outro, toda e qualquer administração, toda e qualquer subordinação; isso são sonhos anarquistas, resultantes da incompreensão do papel da ditadura proletária, sonhos que nada têm de comum com o marxismo, e que na realidade não servem, senão para adiar a revolução socialista, até que os homens se modifiquem. Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje, não podendo dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os “inspetores”, nem os “contabilistas”.

Mas, a subordinação deve ser em relação à vanguarda armada dos explorados e dos trabalhadores: ao proletariado. Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro, a substituir a “hierarquia” específica dos funcionários do Estado por simples funções de “inspetores” e “contabilistas”, funções que hoje são plenamente acessíveis à capacidade média da população urbana, e que podem ser perfeitamente desempenhadas por um “salário de operário”.



Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro, a substituir a “hierarquia” específica dos funcionários do Estado por simples funções de “inspetores” e “contabilistas”, funções que hoje são plenamente acessíveis à capacidade média da população urbana, e que podem ser perfeitamente desempenhadas por um “salário de operário”.

Nós, os operários, organizaremos a grande produção, sobre a base do que foi criado pelo capitalismo, apoiando-nos em nossa experiência de trabalhadores, estabelecendo uma disciplina rigorosa, de ferro, apoiada pelo poder político dos operários armados. Reduziremos o papel dos funcionários públicos a simples executores de nossas instruções, como “inspetores” e “contabilistas” responsáveis, revogáveis e modestamente retribuídos (com a ajuda

naturalmente de técnicos de toda classe, de todo o tipo e de todo o grau). Essa é a nossa tarefa proletária, de maneira que podemos e devemos começar a levar a cabo a revolução proletária. Esse começo, sobre a base da grande produção, levará por si mesmo à “extinção” gradual de toda a burocracia, à criação gradual de uma ordem – uma ordem sem aspas, uma ordem que não se parecerá em nada com a escravidão assalariada –, uma ordem na qual as funções de controle e contabilidade, cada vez mais simplificadas, serão desempenhadas, por turno, por todos, transformando-se logo em costume e, por último, se extinguirão como funções especiais de um setor especial da população.

Por volta de 1870, um engenhoso socialdemocrata alemão considerava o Correio como um modelo de sistema econômico socialista. Isso é exato. Atualmente, o Correio é uma empresa organizada, na forma de um monopólio capitalista de Estado. O imperialismo transforma, gra-

dualmente, todos os trustes em organizações do mesmo tipo, nas quais, por cima da “plebe”, esgotada pelo trabalho e fome, encontramos a mesma burocracia burguesa. Mas, o mecanismo da administração social aqui já está pronto. Uma vez derrubados os capitalistas, esmagada a resistência dos exploradores, com a mão férrea dos operários armados, destruído o aparato burocrático do Estado moderno, teremos um mecanismo de alta perfeição técnica, livre do parasitismo, perfeitamente susceptível de ser colocado em marcha pelos mesmos operários unidos, que contratarão técnicos, inspetores e contabilistas, e retribuirão o trabalho de todos eles, como o de todos os funcionários do Estado em geral, com um salário operário. Eis uma tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os trustes, uma tarefa cuja realização libertará os trabalhadores da exploração, que leva em conta o que a Comuna começou a pôr em prática (sobretudo no terreno da organização do Estado).

Organizar toda a economia como o Correio, de modo que os técnicos, os inspetores e contabilistas, da mesma forma que todos os funcionários públicos, recebam salários que não sejam superiores a um salário operário, tudo sob o controle e a direção do proletariado armado: esse é nosso objetivo imediato. Tal é o Estado, tal é a base econômica de que necessitamos. É o que resultará da abolição do parlamentarismo e da conservação das instituições representativas; isso é o que livrará as classes trabalhadoras da prostituição dessas instituições pela burguesia.

(Tradução das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)

Nesta edição:

- **Argentina:** Continua vigente a necessidade de estatizar e centralizar toda a saúde.
- **Bolívia:** O novo governo masista diante da crise econômica mundial (pag 31) / Situação atual e perspectivas (pag 32) / A ausência do proletariado mineiro e suas consequências (pag 32)
- **CERQUI:** “Homenagem à mulher revolucionária”.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Argentina - Um ano após a pandemia

Continua vigente a necessidade de estatizar e centralizar toda a saúde

Estamos perante uma nova vaga da pandemia, que cresce rapidamente, com níveis muito elevados de infecções, com novas cepas, e com uma percentagem mínima da população em risco vacinada.

Aprendemos que, para enfrentar uma crise de saúde como a que vivemos, é fundamental centralizar todos os recursos materiais e humanos. Nacionalizar todos os serviços privados, clínicas, pré-pagos, obras sociais, laboratórios, empresas que fabricam insumos para hospitais, etc. O que o governo se recusou a fazer.

Que é necessário proteger especialmente todo o pessoal de saúde, desde o pessoal de limpeza até os médicos, com todos os elementos correspondentes. Garantir o descanso e a rotação do pessoal, para evitar o seu colapso. Transferir todos os trabalhadores para a fábrica. Incorporar todos os trabalhadores que forem necessários. Pagar o salário que eles reivindicam.

Multiplicar os testes para agir rapidamente sobre os infectados. Uma das causas da alta mortalidade na Argentina é não tratar os pacientes com rapidez suficiente, negligenciando os sintomas. Falhar em monitorar adequadamente os setores de maior risco.

Os países mais poderosos garantiram o maior suprimento de vacinas, e as entregas para nossos países estão atrasadas. É fundamental que todos os acordos e negociações sejam conhecidos, não pode haver segredos. É um escândalo, a forma como as potências e os monopólios farmacêuticos têm agido, para impedir que as vacinas da China e da Rússia entrem na América do Sul, para que os médicos cubanos não entrem, para impor as suas vacinas, e impedir que utilizemos a nossa capacidade produtiva para produzirmos nós mesmos as próprias vacinas. É um raio-x claro da decadência e apodrecimento capitalistas, em face de um desastre de saúde global.

Nessas condições, deve-se assegurar que as vacinas recebidas sejam aplicadas aos mais expostos e vulneráveis ao vírus, que são os mais pobres e miseráveis, devido à má alimentação, doenças anteriores, falta de meios adequados de habitação, higiene, água potável, e todos os serviços essenciais.

O crescimento crítico de infecções em países vizinhos é conhecido há várias semanas, e o fechamento das fronteiras foi adiado.

É preciso entender que a epidemia é um problema nacional e global, as medidas tomadas devem ser centralizadas. Não podem ser deixadas ao critério de cada governador ou prefeito. Não pode haver preferências políticas de qualquer natureza.

A mídia deve centralizar as informações, e evitar a divulgação de notícias falsas e campanhas. Aqueles que divulgam informações que ameaçam a saúde pública devem sofrer intervenção, aqueles que mentem ou distorcem as informações devem ser excluídos da mídia. A saúde é uma questão essencial, que devemos defender. Vamos aprender com a história das campanhas globais de vacinação, para acabar com vários flagelos. O que alguns meios de comunicação fazem, questionando a importância da vacinação, ou trabalhando diretamente contra ela, deve cessar sua atividade, porque é um ataque contra a população como um todo.

O governo deve fornecer informações precisas sobre a situação da luta contra o vírus. A manipulação das informações levanta dúvidas sobre a importância deste ou daquele cuidado. O uso privilegiado de vacinas causou enormes prejuízos à campanha, já que falhou o anúncio das dezenas de milhões de vacinas que teríamos, entre dezembro e março.

Todas as unidades de transporte necessárias devem ser incorporadas, para garantir que os trabalhadores e alunos possam se mover sem aglomeração. A produção e o comércio voltaram ao normal, sem alterar as condições de transporte, perdendo-se assim um ano na organização do transporte e das atividades.

Os setores que devem ser isolados devem ter assegurada a renda necessária para poder cobrir suas necessidades vitais, ou seja, o quanto custa a cesta familiar.

As escolas não foram reparadas ou adaptadas para garantir as melhores condições de biossegurança. Um ano foi perdido. Elas voltaram para as aulas presenciais nas mesmas condições físicas pré-pandêmicas. Nem os professores, nem o pessoal auxiliar, foram incorporados maciçamente para poder trabalhar com menos alunos.

O governo age como se não tivesse um ano de experiência no país e no mundo. Como se não fosse informado da situação da saúde na Europa. Ele está focado em como vai pagar sua dívida com o FMI, e alcançar o equilíbrio e a sustentabilidade que eles exigem.

A burguesia não só é incapaz de garantir emprego, comida e abrigo a milhões de oprimidos, como também não pode garantir saúde. Devemos aprender com essa experiência para debater como colocamos a saúde em nossas mãos, e impomos as medidas emergenciais necessárias para enfrentar a crise.



Apresentamos três partes do documento político do POR boliviano, aprovado no XLIX Congresso, extraído do jornal Massas, nº 2644

Bolívia

O novo governo masista diante da crise econômica mundial

A Bolívia, com o seu pequeno desenvolvimento econômico, não pode escapar à determinação que sobre ela exerce a crise capitalista mundial. O novo governo do MAS está obrigado a enfrentar precisamente esta circunstância de ser um frágil barco, que vai sofrer as consequências da tempestade econômica de uma maneira muito dura, dada a fraqueza da classe dominante boliviana e a miséria material de seu Estado.

O Estado burguês boliviano não pode garantir nada a ninguém. A classe operária, os trabalhadores e a maioria empobrecida do país estão sofrendo o impacto da situação. A burocracia sindical é um freio para a mobilização dos trabalhadores, e pode concluir desarmando as massas em luta, desmoralizando as bases para favorecer a burguesia. Mas, a mobilização existe, as massas operárias, que se rebelam para impedir que a crise seja descarregada sobre os seus ombros, se chocam com a patronal, com a burocracia sindical e com o Estado burguês, que tem a urgência de aplicar estas medidas contra a crise. O governo está obrigado a descarregá-la sobre os ombros dos trabalhadores. Essa é a lógica da burguesia a nível mundial, é descarregar o peso da crise sobre os trabalhadores.

O FMI e os organismos financeiros do imperialismo, neste período, recomendam que o Estado intervenha para salvar as empresas e para incrementar o consumo. O FMI disse aos governos burgueses: emprestem dinheiro, daremos todas as facilidades, emprestem dinheiro à população em condições fáceis, benefícios para incrementar o

consumo, etc. O plano que executará o novo governo não será substancialmente distinto destas orientações do FMI. A burguesia boliviana não tem capacidade de executar uma ação econômica que possa se distinguir do que exigem os organismos financeiros do imperialismo.

Dessa forma, a discussão vai ser sobre quais benefícios e em que condições. Em outras palavras, como aumentar o consumo para o lucro dos grandes empresários, já que os benefícios miseráveis, que não resolvem o problema da fome, vão para o bolso dos empresários e, em última instância, das multinacionais.

Em seu plano para salvar a burguesia da quebra, está a criação de empregos precários, à custa dos trabalhadores, isso é que vai acontecer nos marcos das políticas de incentivo ao emprego. Assim, permanecerá depois da crise da pandemia. O que já está ocorrendo na Bolívia e em outras partes do mundo.

A maioria dos economistas burgueses preveem uma eventual política econômica do governo nos seguintes termos: manter a estabilidade monetária, não fazer desvalorizações traumáticas, intervenção direta do Estado para incentivar a reativação da economia, por meio de programas que envolvam uma significativa inversão pública, incentivos para as empresas, incentivos de créditos para a população. E, se fala em uma nova reforma tributária, programas de criação de emprego, sobre a base de uma “nova” lei trabalhista mais flexível e menos “desestimulante” que a atual.

Não podemos nos deixar enganar pela lógica MASista do discurso político propagandístico e demagógico em matéria econômica. Eles prometem que vão materializar um “novo” milagre econômico, que transformará a Bolívia em um paraíso, em uma ilha de estabilidade, desenvolvimento e expansão em meio à crise e à contração econômica mundial. Falam que isto demorará algum tempo, e requer a unidade de todos (ou seja, unidade dos exploradores e explorados) para sair da crise.

O novo governo do MAS não é substancialmente diferente dos quase 14 anos de governo de Evo Morales, marcado pela sua total submissão aos interesses gerais da burguesia e das multinacionais.

A aplicação de medidas contra a crise, recomendadas pelo FMI, nas condições de uma economia marcada pela escassa industrialização e um amplo comércio informal ligado ao contrabando, não poderá resolver a miséria e o atraso generalizados.

Para o governo de conteúdo burguês, a reativação da economia fatalmente terá de passar pelo incentivo à inversão imperialista na exploração de nossos recursos naturais, ou seja, agravar a submissão do país ao imperialismo e permitir a superexploração da força de trabalho por parte do miserável empresariado nacional e multinacional.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.636, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Bolívia**Situação atual e perspectivas**

Uma análise objetiva da atual situação econômica, política e social do país precisa partir da evidência de que a pandemia do Covid-19, pelo ritmo que segue a curva de contágios e pela vacinação, se espera que, em alguns meses, mais passará. Mas, ao contrário, as consequências da crise econômica serão sentidas de maneira mais dura, com o passar dos meses e anos. A duração deste processo estará determinada pelo comportamento da crise em nível internacional. E as medidas que o governo possa tomar serão paliativas, não modificarão substancialmente o destino da mesma.

O problema está em saber qual vai ser o comportamento dos diferentes setores sociais diante da crise, cujas manifestações dão indícios de que a crise será muito mais profunda e devastadora, que a anterior. Crise essa que deixou o proletariado praticamente dizimado, cuja derrota ainda não pôde ser superada. O abandono dos postulados revolucionários básicos, sobre os quais se fundaram as organizações sindicais, resultou de um franco colaboracionismo com o governo de conteúdo burguês.

A demora no retorno do proletariado ao seu eixo revolucionário, que se prolonga em um período de quase meio século, e que significa exercer plenamente a sua independência política diante do Estado burguês, teve sérias consequências negativas no desenvolvimento do processo político posterior, em todos os setores sociais, e na possibilidade de que a sua direção política, o Partido Operário Revolucionário, pudesse tornar-se rapidamente em uma organização de massa.

Nessas circunstâncias, seria um grave erro chegar à conclusão mecânica de que a presente crise econômica vai terminar fatalmente em um ascenso de massas, isso por que se verão obrigadas a recorrer à ação direta para preservar as suas conquistas, e defender novas reivindicações, para não serem dizimadas pela crise. Não. Os explorados podem percorrer um caminho inverso. A ausência de organizações sindicais fortes pode terminar desorganizando-os, muito mais do que atualmente se encontram, e espalhar a desmoralização em suas fileiras. Se chegar a este extremo, as

consequências políticas seriam adversas, porque o proletariado, em vez de avançar a sua organização como classe politicamente consciente, se veria obrigado a retroceder ainda mais.

Devemos fazer uma análise objetiva do estado em que se encontram os setores mais importantes do proletariado boliviano, os mineiros e os fabris. A objetividade exige analisar a sua atual situação e as perspectivas de sua atuação no futuro imediato. Não incorrer, nem em atitudes fatalistas, nem excessivamente otimistas. Desta observação dependerá a linha política que o trabalho revolucionário deve desenvolver.

Os mineiros, a tradicional vanguarda no seio da COB, estão constituídos por dois setores: os que dependem da mineração privada, e se encontram em alerta, porque são mais diretamente explorados pela empresa privada; e os da mineração nacionalizada que, durante os últimos anos, tiveram a esperança de que o governo do MAS iria salvar as minas, garantindo as suas fontes de trabalho e seus salários. Nada disto ocorreu, ao contrário, por exemplo, Huanuni se encontra à beira do desastre, e os trabalhadores correm o perigo de sua desagregação, diante da queda da produção. Provavelmente, a agudização da crise provoque dificuldades parecidas em Colquiri e nas outras empresas do setor.

Esses trabalhadores, longe de retornar as suas próprias bandeiras de luta, diante da crise – perante a chegada ao poder do governo de transição, controlado pela velha direita antiestatista, e temendo que as eleições pudessem consolidar um governo da velha direita – voltam a ter ilusão de que o MAS protegerá a mineração estatal. Isso se passa, apesar da experiência de 14 anos de governo de Evo Morales, que foi francamente favorável à inversão multinacional na mineração. O governo masista teve de tolerar a nacionalização imposta pelos trabalhadores, mas se negou a investir nestas minas para desenvolvê-las, deixando a responsabilidade aos trabalhadores.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.636, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Bolívia**A ausência do proletariado mineiro e suas consequências**

A recomposição do setor nacionalizado, realizada pelos próprios trabalhadores, que expulsaram as multinacionais – que tinham se apropriado delas mediante a “capitalização” movimentista-neoliberal (Colquiri, Huanuni e a fundidora de minerais de Vinto) – não significou a recomposição da classe vinculada à sua tradição revolucionária. Pelo contrário, este jovem proletariado mineiro leva em suas entranhas os defeitos e os vícios de sua classe de origem (camponeses e classe média arruinada das cidades), e ignora os documentos fundamentais, materializados na forma

de programa: as Teses de Pulacayo, as Bases Constitutivas da Assembleia Popular, de 1971, e as Teses do IV Congresso da COB. Consequentemente, passaram a desenvolver uma política abertamente colaboracionista, durante os 14 anos do governo do MAS, na esperança de que este, considerado como “popular” e dirigido por um indígena, executaria uma política mineira, que lhes garantiria estabilidade em seus empregos, mantendo o poder de compra dos seus salários.

Esta situação do proletariado boliviano, e em particular do proletariado mineiro, como foi indicado, marcou a fogo

o desenvolvimento dos acontecimentos sociais, durante a eclosão popular de outubro-novembro de 2019, e posteriores. Sua ausência deixou à deriva as sucessivas rebeliões das outras classes oprimidas, dos camponeses e da classe média arruinada, que são a esmagadora maioria do país, atingidas pela opressão nacional, o racismo, o atraso e a miséria. Estes setores, vítimas da crise econômica e da pandemia, não têm ao seu alcance a perspectiva revolucionária, que pode resolver seus problemas seculares, destruindo o capitalismo decadente e o Estado burguês, para construir outro

novo Estado, baseado na propriedade social dos meios de produção. Por suas limitações de classe, não podem desenvolver uma política própria, que consistiria: no primeiro caso (camponeses) um utópico retorno ao império incaico pré-capitalista; e, no segundo (classe média) a consolidação de um novo capitalismo florescente. Ambas possibilidades foram superadas definitivamente: a primeira, por retroceder na roda da história; a segunda, por ser impossível um maior crescimento das forças produtivas no

marco do capitalismo.

A presença do proletariado como direção política da nação oprimida teria permitido que, nas últimas mobilizações, os camponeses abandonassem a impostura do MAS, e se emancipassem do caciquismo clientelista, para marchar em direção ao governo operário-camponês. E a classe média arruinada teria abandonado o eleitoralismo burguês, bloqueando todas as expressões da direita. A presença do POR em tal situação – na ausência da classe operária, levan-

tando o programa revolucionário – não foi suficiente. Esta experiência mostra, mais uma vez, que o partido, na ausência da classe revolucionária, está condenado a ficar isolado, sob a pressão das outras tendências políticas, que conseguem arrastar o movimento de massas. No presente caso, para a saída democratizante, por meio da farsa eleitoral entre a nova e a velha direita.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2644, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Atividade Mulher – CERQUI

“Homenagem à mulher revolucionária”

Nos dias 6 e 13 de março, foram realizadas três atividades, em “Homenagem à mulher revolucionária”, organizadas pela seção boliviana e argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (Cerqui). No dia 20 de março, se fechou o evento, com um balanço do movimento das mulheres na atualidade, e da oposição entre feminismo e marxismo.

As exposições destacaram pela rigorosa preparação, cuidadosa exposição, e clara delimitação política das seções do Cerqui, perante os festejos despolitizados, democratizantes e culturalistas, promovidos pela maioria da vanguarda dos movimentos feministas. A palavra de ordem “*Por um 8 de março revolucionário e socialista*” sintetiza a luta por superar a crise de direção revolucionária, e integrar as massas femininas exploradas e oprimidas à luta pelo socialismo.

Abaixo, apresentamos um resumo dos principais aspectos colocados nas atividades.

Primeiro encontro – 6 de março

Flora Tristan. Uma camarada expôs sinteticamente a sua breve biografia, destacando que teve o mérito a de ter sido uma das primeiras ativistas que denunciou a inexistência de direitos civis às mulheres, e se aproximou dos partidos e fundamentações socialistas. Foi em busca de explicações, que evidenciassem as causas da situação das mulheres na sociedade burguesa, e assumirá a tese de que a divisão de classes está na base da brutal discriminação da mulher, dando um passo no sentido de evidenciar a opressão no seio da família, da vida social e das relações políticas. De forma que a sua completa libertação se daria na luta das mulheres oprimidas contra a sociedade burguesa.

O essencial é que Flora Tristan foi uma das primeiras mulheres a colocar a confluência das lutas das mulheres oprimidas com a luta da classe operária. A esse objetivo dedicou sua vida pessoal. Daí decorria, concluiu a expositora, a importância de retomar criticamente sua obra. Mais ainda, quando os movimentos das mulheres atuais tendem a separar a luta das massas femininas da luta de classes.

Rosa Luxemburgo. Rosa se vinculou cedo (aos 15 anos) à luta operária. Sua grande capacidade teórica e organizativa lhe daria um lugar de destaque na socialdemocracia alemã.

Tendo uma intransigente posição principista, travou a luta

contra o revisionismo do marxismo, liderado por Bernstein, e depois por Kautsky. Batalhou, assim, contra a traição da socialdemocracia alemã, que acabou nas trincheiras da burguesia alemã, em defesa da guerra imperialista. A formação da Liga Espártaco seria mais um elo nesse percurso, que viria a confluir com a vanguarda internacionalista, na formação do Partido Mundial da Revolução Socialista - a III internacional.

Rosa mostrou como as mulheres revolucionárias podem e devem cumprir um papel de primeira importância na luta do proletariado. Destacou-se, especialmente, por se elevar à compreensão das leis da revolução proletária, na época de desagregação capitalista. Tornou-se um exemplo da revolucionária profissional, e um guia para as mulheres socialistas.

Clara Zetkin. Em 1896, escreveu “*Informe sobre a questão feminina*”. Nele, desenvolveu as bases programáticas da luta do marxismo contra o feminismo burguês: a solução do problema da opressão da mulher se dará pela luta de classes, sob a direção do proletariado e da estratégia do socialismo.

Embora, como marxista, não rejeitasse a luta pelas reformas, Zetkin assinalou que somente as mulheres proletárias poderão tomar em suas mãos o fim da escravidão da mulher no capitalismo, fazendo suas as reformas que, em seu desenvolvimento, coloquem a resolução das contradições sociais pela via da revolução proletária. É o que se observou, disse a expositora, nos debates realizados com Lênin, quando da elaboração das teses para a propaganda comunista entre as mulheres, aprovadas no 3º Congresso da III Internacional Comunista.

Zetkin teve o mérito, portanto, de ser uma peça-chave na elaboração do programa, métodos e táticas, que guiarão a luta das mulheres oprimidas pela sua emancipação real e completa.

Segundo Encontro - 13 de março

Alexandra Kollontai. Para Kollontai, as mulheres proletárias se diferenciam das outras mulheres de outras classes, por lutar junto aos homens de sua classe pelo fim do capitalismo. Ou seja, pela conquista real dos direitos políticos plenos, para acabar com as desigualdades entre homens e mulheres, na construção dos partidos, sindicatos e sociedade socialista. Por sua vez, sua obra, como dirigente do Estado Operário, foi decisiva para colocar as

bases materiais da integração da mulher à produção social, e da transformação das tarefas domésticas em tarefas realizadas coletivamente, sob a condução do Estado.

Kollontai, concluiu a expositora, demonstrou, com seu pensamento e ação, que a emancipação da mulher da escravatura do lar só será possível com a revolução proletária. E que, na atual situação mundial, a defesa de direitos políticos, separados da luta de classes, serve às mulheres burguesas e pequeno-burguesas, para defender, objetivamente, a democracia burguesa em decomposição.

As mulheres latino-americanas nas lutas populares. Resenhou-se a participação das mulheres nas lutas da América Latina, a exemplo das camponesas, estudantes e operárias, na luta guerrilheira em El Salvador, como membros da Frente-Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN); na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua; ou do Sendero Luminoso, no Peru.

Ressaltaram-se, especialmente, as reivindicações das massas femininas nos movimentos, colocando a necessidade de avançar nos direitos políticos das mulheres, nas relações sociais e políticas, tanto dentro dos agrupamentos e correntes, quanto do Estado. Mas, por carecerem de um programa revolucionário, acabaram por reproduzir as desigualdades e discriminação da sociedade de classe.

Estava aí o exemplo do que aconteceu na Nicarágua, após a tomada do poder pela FSLN, ou com suas particularidades, o que ocorreu em El Salvador. As mulheres foram deixadas à margem dos benefícios conquistados, a exemplo do acesso a terras, em grande parte controlada pelos homens.

A principal experiência destacada foi a das mulheres bolivianas, que formaram os Comitês de Amas de Casa, como um instrumento auxiliar da luta proletária dos operários da mineração. E que lutaram, anos a fio, pela anistia política dos operários e militantes do POR perseguidos, liberdade dos presos políticos, e reintegração de todos os demitidos, por participarem das greves.

A expositora finalizou, assinalando que o essencial do resumo apresentado estava em que as mulheres não eram alheias à luta de classes, e que, no marco dos processos, assumiam a defesa das reivindicações particulares como parte das lutas operárias e populares.

Mães de Praça de Maio. O fundamental da experiência do movimento *Mães de Praça de Maio* residiu em que, no quadro de paralisia imposta pela repressão, constituíram-se na vanguarda do enfrentamento à ditadura. Eis por que era necessário resgatar a defesa das mobilizações de rua, dos trabalhos semiclandestinos de agitação, e das lutas e greves operárias, no momento mais violento da repressão política e física, desfechada contra a vanguarda.

Com a retomada da democracia formal, os partidos da ordem burguesa começaram um percurso de cooptação de suas lideranças. Alguns setores do movimento não se submeteram, mas outros passaram a servir de instrumentos dos governos nacional-reformistas, para desviar a luta pelo julgamento e punição de todos os responsáveis do genocídio.

O importante, portanto, estava em recuperar seu legado das ações nas ruas, inclusive nas piores condições. Bem como seu programa: não pagamento da dívida externa, defesa dos explorados e do “projeto político”, de seus filhos e filhas: o fim da exploração e opressão.

“Homenagem à mulher revolucionária”

Terceiro encontro - 20 de março

Estados Unidos. A expositora procurou demonstrar que, após década de lutas e de ser aprovada pela Corte Suprema a legalização do aborto, bem como serem reconhecidos juridicamente diversos direitos (equiparação salarial entre homens e mulheres, licença-maternidade remunerada, igualdade no acesso ao trabalho, etc.), houve o desmonte das conquistas pelos diversos governos.

O essencial, disse, é que nunca se alteraram as profundas desigualdades e discriminações econômicas, civis e políticas entre mulheres e homens. Eis como manifestava-se o fracasso do movimento feminista dos anos 1960 e 1970, que assumiu a política eleitoralista de apoio aos democratas. De forma que, em resposta aos crescentes ataques da direita e o percurso de adaptação do feminismo pequeno-burguês ao Partido Democrata, surgiria a Coalizão Nacional pelos Direitos das Mulheres. Frente única de ação com uma direção eleita por membros partidários e não-partidários.

Sob a presidência de Trump, a Coalização retomaria a luta. Porém, subordinada à política eleitoralista dos democratas. De maneira que, quando se agravavam as manifestações da opressão sobre a mulher, estava colocada a luta independente, por um “programa positivo” e construção de uma organização, baseada no Programa de Transição, visando a organizar milhões de mulheres jovens, que se radicalizaram na luta e mobilizações do período imediato anterior. Nesse sentido, destacou que o POR está em excelentes condições para oferecer essa direção e um Programa de Transição, alicerçado em princípios anti-imperialistas e nos métodos da ação direta.

Argentina. A exposição mostrou que a crise econômica, combinada com a sanitária, agravou a situação das mulheres. O desemprego entre as mulheres supera a casa de 60%. O índice é ainda mais elevado entre as mulheres jovens, que compõem 20% do total dos desempregados. Mantêm-se ainda as diferenciações salariais e trabalhistas entre homens e mulheres. O que se manifesta mais brutalmente no trabalho doméstico, onde 70% dos assalariados são mulheres. Além disso, a quarentena obrigou e obriga milhões de mulheres a conviverem com a violência sexual, física e emocional.

São esses os sintomas das manifestações da crise capitalista e da opressão de classe, potenciando o agravamento da dupla opressão da mulher. O importante, assinalou, estava em que, apesar dessas difíceis condições, se tinham mantido ativos os movimentos de massas pelas reivindicações vitais: moradia, salário e condições trabalhistas. É nesse quadro que se colocava a permanência dos movimentos massivos das mulheres, em sua esmagadora maioria de exploradas e oprimidas.

Essa relação de forças favoreceu ao movimento impor ao Congresso o Projeto de Lei do Aborto Gratuito. Mas, o governo logo fez valer suas manobras parlamentares, para limitar o projeto e restringir direitos. O que expressava os próprios limites das direções pequeno-burguesas, que acabaram submetendo a luta das mulheres oprimidas às manobras institucionais. Isto mostrou, segundo a expositora, a importância da conquista da direção do movimento para a política proletária. De forma que, para impulsionar a luta de milhões de mulheres por seus direitos, estava colocada a unificação da luta democrática com a luta dos sindicatos pelas reivindicações do conjunto dos exploradores. Nessas condições, é que o POR lutou pela conquista da vanguarda das mulheres para a política revolucionária.

Inglaterra. A expositora demonstrou que, após décadas de lutas, as mulheres no país tinham conquistado juridicamente grande parte dos direitos civis, políticos e sociais mais elementares. Mas, verificava-se também que a situação social e política das mulheres não viria a ser modificada sensivelmente. Continuavam as discriminações salariais, trabalhistas e civis. Como exemplo, assinalou que as mulheres grávidas tendem a serem alvos preferenciais das demissões em momentos de crise econômica, uma vez que o patronato rejeita pagar a licença-maternal.

Outras manifestações dessas condições pioradas para as mulheres era a constatação do agravamento das diversas manifestações de violência contra as mulheres: dois milhões de mulheres violentadas (estupros, violências físicas e psicológicas, etc.) ao ano, enquanto 80% das mulheres do país afirmaram terem sido acoçadas diuturnamente. A expositora destacou, nesse sentido, o caso do assassinato de Sarah Everett por um policial, em fevereiro de 2021. O que mostrava que a violência contra as mulheres constituía um fenômeno estrutural ao aparelho do Estado.

Por sua vez, as manifestações em repúdio ao assassinato viam a demonstrar o quanto se avançou no fortalecimento do Estado policial. Os protestos foram brutalmente reprimidos pelo governo, apesar de pacíficos. De fato, aprovou-se recentemente uma nova lei de segurança, que amplia a repressão policial e o controle de protestos. Apesar disso, disse a expositora, as mulheres na Inglaterra continuam em luta, e exigem que seja elaborado um programa que as defenda. Estava colocado, assim, desenvolver um programa estratégico pela completa emancipação da mulher.

Bolívia. As expositoras mostraram como as lutas e situação concreta das mulheres deviam ser sempre avaliadas no marco da posição de classes dos governos, e definidas pela estrutura econômica da sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Tais condicionantes determinavam o caráter e conteúdo dos diversos movimentos das mulheres. E colocavam qual o programa, para dar resposta à situação de agravamento da situação das mulheres, nas condições de avanço da crise capitalista.

Essa caracterização, todavia, exigia fazer uma clara delimitação do marxismo perante os diversos movimentos femininos, sejam burgueses ou pequeno-burgueses. Afirmaram: não há movimento feminino, sem que estejam presentes os programas de uma das duas classes sociais antagônicas.

Nesse sentido, as expositoras assinalaram que existiam três grandes correntes feministas: a) o feminismo liberal burguês, que procura a solução de seus direitos dentro do quadro do capita-

lismo; b) o feminismo de conteúdo anarquista, que combate indistintamente o feminismo liberal e o classismo marxista, sob o argumento de que reproduzem o machismo, e não priorizam a luta das mulheres contra os homens; c) o “feminismo pós-modernista”, que assume o fim da luta de classes e, portanto, reivindicam a luta das mulheres a parte do movimento operário e da luta de classes.

Contrapostas a esses movimentos, acham-se as mulheres marxistas, que se organizam junto ao homem de sua classe para lutar pelas reivindicações comuns, como explorados, e pela revolução proletária. Que toma as reivindicações particulares, que surgem da permanência das desigualdades, violência e discriminação sobre as mulheres, como parte indissolúvel da luta pelo socialismo. Somente assim, a discriminação e as manifestações da opressão de classe sobre as mulheres serão extintas.

Conclusões

Como assinalaram as expositoras, o fundamental da comemoração do “Dia Internacional da Mulher Trabalhadora” residia em que se devia destacar sua origem operária, e servir à vanguarda revolucionária na luta pela conquista da direção política das massas femininas oprimidas.

Essa tarefa ressaltava ainda mais no quadro de decomposição do capitalismo, e em face dos estragos da pandemia sobre os pobres, famintos e miseráveis. Demonstrou-se que são as mulheres proletárias, camponesas, pequeno-burguesas arruinadas, e as jovens oprimidas, as mais atingidas pela ofensiva da burguesia aos empregos, direitos e salários. Arcam, assim, com o agravamento das discriminações, a violência e os assassinatos no confinamento familiar.

Está claro, afirmou-se, que a burguesia não deu nenhuma solução à desgraça que devasta os explorados, e em particular as mulheres oprimidas. De forma que não há como acabar com essas brutais chagas do capitalismo em decomposição, sem desenvolver os métodos da ação direta, e erguer um programa próprio, proletário, em face das crises econômica e sanitária.

É nesse sentido que se deve batalhar por retomar as bandeiras proletárias, objetivando que o setor mais avançado do movimento das mulheres oprimidas rompa com o feminismo pequeno-burguês, e se aproxime do programa da revolução e ditadura proletárias.

Concluiu-se afirmando que a real libertação das mulheres da dupla opressão será obra da revolução proletária, que abrirá caminho para sociedade comunista, sem exploradores e explorados.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* 632, expusemos algumas formulações de Lênin, sobre as tarefas de reconstrução da economia sobre a base da grande indústria, e as relações do poder soviético com o campesinato. A chave do período de transição se encontrava na necessidade de a classe operária se firmar como a força social propulsora e dirigente da edificação econômica, sob as novas condições, criadas pela revolução de Outubro de 1917. Concluímos a exposição anterior, indicando a importância decisiva dos sindicatos, no momento tão crucial de vencer a guerra econômica, que, por um lado, se chocava com o cerco imperialista e, por outro, com as pressões mercantis do campesinato. Uma orientação precisa, quanto às tarefas que os sindicatos poderiam cumprir, na luta por estabelecer a disciplina no trabalho, e a assimilação pela classe operária das heranças técnicas, científicas e organizacionais, deixadas pelo capitalismo, era a discussão do momento. De maneira que os sindicatos teriam de ser integrados ao poder soviético.

Em suas formulações, apresentadas no III Congresso de toda a Rússia de Sindicatos, Lênin dedicará uma parte significativa à explicação sobre os sindicatos. Passamos à transcrição:

“Os sindicatos surgiram, no capitalismo, como um meio de desenvolvimento da nova classe. Classe é um conceito que se vai formando em um processo de luta e desenvolvimento. Não existe uma muralha que divida uma classe da outra. Os operários e camponeses não estão separados entre si por uma muralha da China. Como o homem aprendeu a se unir? Primeiro, por meio das corporações, e, depois, de acordo com os diferentes ofícios. Quando o proletariado se tornou uma classe, chegou a ser tão poderoso, que tomou em suas mãos o aparato estatal, declarou guerra a todo o mundo, e obteve a vitória. Então, corporações e ofícios se tornaram instituições atrasadas. Houve um tempo, sob o capitalismo, em que os proletários se uniram por corporações de ofícios, o que era progressista, então, porque o proletariado não podia unir-se de outro modo. É absurdo dizer que se poderia ter unido abruptamente como classe. A união exigiu décadas. Ninguém lutou tanto como Marx contra semelhantes ideias sectárias e míopes. A classe cresce nas condições do capitalismo, e, quando chega o momento adequado para a revolução, toma o poder estatal em suas mãos. Assim, todas as corporações e ofícios se tornam caducos, passam a desempenhar um papel regressivo, e empurram para trás, não porque fossem manejados por maus elementos, mas porque os maus elementos e os inimigos do comunismo encontram ali um terreno propício para a sua propaganda. Estamos rodeados da pequena burguesia, que faz renascer o livre comércio e o capitalismo.

Karl Marx lutava vigorosamente contra o velho socialismo utópico, e propunha uma concepção científica, que demonstra que a classe operária avança sobre a base da luta de classes, e que é preciso ajudá-la a amadurecer. O mesmo Marx lutou contra os dirigentes da classe operária que cometiam erros. Em 1872, foi apresentada no Conselho

Federal uma moção de censura contra Marx, por ter dito que os dirigentes ingleses tinham sido comprados pela burguesia. Evidentemente, Marx não queria dizer que determinada pessoa foi traidora. Isso é absurdo. Referia-se ao bloco formado por um setor operário e a burguesia. A burguesia apoia, direta e indiretamente, esse setor operário. Desse modo, realiza o suborno dos dirigentes.

Desde que seus representantes sejam eleitos para o Parlamento, a burguesia inglesa fez milagres, e superou os demais. De 1852 a 1892, isto é, durante 40 anos, Marx e Engels desmascaram a burguesia, e a burguesia atua assim em todos os países. Em todo o mundo, a passagem dos sindicatos do papel de escravos ao papel de construtores resulta em uma transformação. (...) O capitalismo foi vencido, mas ainda não está construído o socialismo, e construí-lo ainda levará muito tempo. Aqui tropeçamos com todo tipo de incompreensões, que não são casuais; são resultado da diferença do papel histórico dos sindicatos como meio de unificação gremial, sob o capitalismo, e os sindicatos como meio de unificação da classe operária, depois de tomar o poder estatal. Os operários estão dispostos a realizar qualquer sacrifício; acreditam na disciplina, que leva as pessoas a dizerem e a intuïrem, talvez confusamente, que os interesses de classe estão por cima dos interesses gremiais. Os operários que não são capazes de fazer esses sacrifícios, para nós são egoístas, e os expulsamos da família proletária.

Tal é o problema fundamental da disciplina do trabalho e da direção pessoal no sentido geral, tal como se discutiu no congresso do partido. (...) No momento, necessita-se de organização e educação moral. Numericamente, o proletariado na Rússia não é, na atualidade, muito forte. Suas fileiras foram reduzidas durante a guerra, e nossas vitórias tornaram mais difícil governarmos o país. Assim devem-se compreender, tanto os sindicalistas, quanto as massas operárias. Quando falamos de ditadura, não se trata de um capricho dos centralistas. (...) Temos o dever de nos dirigir francamente ao operário, e explicar-lhe, sem rodeios, que as condições de trabalho se tornaram mais complicadas. É preciso mais disciplina, mais autoridade individual, e mais ditadura. Sem isso, não se pode sequer sonhar com uma grande vitória. (...)

Estamos diante de uma nova correlação das massas proletárias e não proletárias, de seus interesses sociais e de classe. Nesse ponto, nada se pode fazer exclusivamente pela força. Tudo que necessitamos é organização e autoridade moral. Disso emana nossa absoluta convicção, que se expressou no congresso de nosso partido, e creio que tenho a obrigação de defender. Nossa consigna fundamental é essa: acentuemos e nos aproximemos mais da direção pessoal; mais disciplina de trabalho; superar e trabalhar com energia militar, com firmeza e lealdade, deixando de lado todos os interesses de grupos e gremiais, sacrificando todos os interesses particulares. Sem isso, não podemos vencer (...).”

Essa síntese, que expressa a resolução do IX Congresso do partido, não foi assimilada pelo conjunto da direção. Fato que obrigou Lênin a insistir em suas intervenções. Havia de quebrar a resistência política, para que fosse materializada pelo processo prático de reerguimento da economia.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)